RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO DE 2017

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Mensagem do Conselho de Administração 3/68
2. Atividade Portuária 4/68
3. Investimentos 11/68
4. Concessões 12/68
5. Segurança no Porto 15/68
6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação 17/68
7. Recursos Humanos 21/68
8. Análise Económico-Financeira 29/68
9. Perspetivas Futuras 37/68
10. Proposta de Aplicação dos Resultados 39/68
11. Cumprimento das Orientações Legais 40/68
12. Práticas de Boa Governação Societária 62/68
13. Nota Final 68/68

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2017 foi um ano histórico para o porto de Aveiro que, pela primeira vez, ultrapassou a marca das 5 milhões de toneladas movimentadas num único ano, registando um movimento total anual de 5,150 milhões de toneladas. Destaca-se, a este feito, o contributo dado pelas empresas de estiva que investiram na construção de novos armazéns na área portuária bem como o reforço da capacidade de tração do trem de rebocadores.

O movimento de mercadorias beneficiou com estas condições e registou-se um crescimento total de 608 mil toneladas, face a 2016, com destaque para o crescimento dos graneis sólidos alimentares, em 458 mil toneladas, do coque de petróleo, mais 202 mil toneladas, e dos produtos minerais, mais 172 mil toneladas, o que compensou, parcialmente, a quebra na movimentação de cimento, cifrada em menos 205 mil toneladas.

No que ao futuro diz respeito, a realização dos investimentos estruturais, nomeadamente a implementação da operacionalidade do Terminal de Granéis Líquidos e a infraestruturação da Zona de Atividades Logísticas, Industriais (ZALI), previstos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2018-2020 e na *"Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026"*, publicada na Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 175/2017, de 24 de novembro, contribuirão para a afirmação do porto de Aveiro enquanto polo logístico e industrial competitivo, onde os seus clientes podem beneficiar de acesso direto a ligações multimodais.

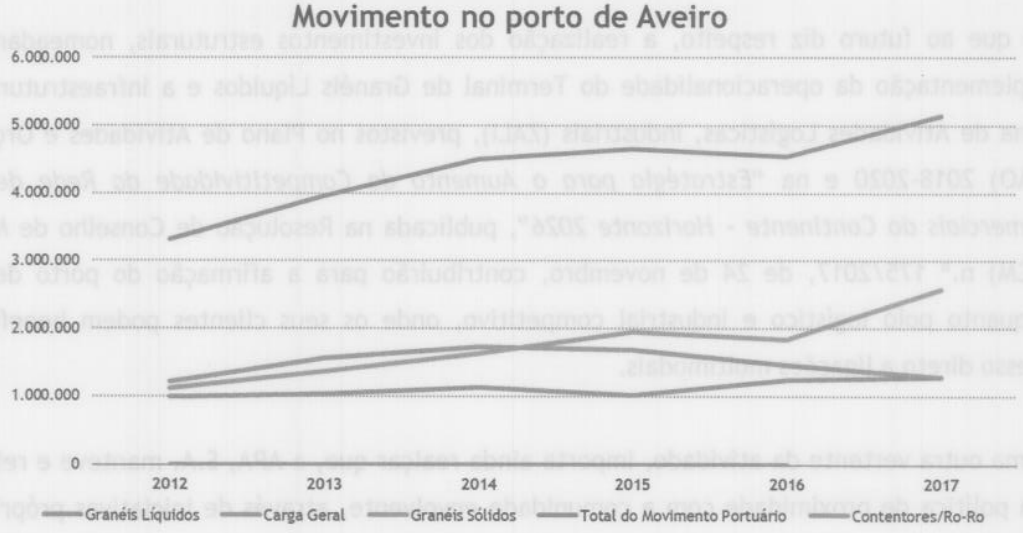
Numa outra vertente da atividade, importa ainda realçar que, a APA, S.A. manteve e reforçou a sua política de proximidade com a comunidade envolvente, através de iniciativas próprias e do apoio às iniciativas de terceiros, de diversa índole: culturais, filantrópicas, associativas, recreativas.

Por último, impõe-se, por um lado, agradecer a dedicação e o empenho dos trabalhadores da APA, S.A., e por outro, a confiança de toda uma Comunidade Portuária que acredita no futuro do porto de Aveiro, na sua competitividade e no seu contributo para alavancar o desenvolvimento da economia nas regiões que serve.

2. Atividade Portuária

Em 2017 o movimento de mercadorias do Porto de Aveiro superou, pela primeira vez, as 5 milhões de toneladas movimentadas num só ano. Em 2017 o porto de Aveiro movimentou 5,150 milhões de toneladas, superando em 10,59 % o anterior recorde, registado em 2016, de 4,656 milhões de toneladas. Os Granéis Sólidos foram o segmento de carga que mais contribuiu para o registo histórico alcançado em 2017, com um crescimento de 40,66%, face ao registado em 2016. A Carga Geral foi o único segmento de carga que registou uma diminuição, face ao registado em 2016, tendo recuado 11,74% ou 171 mil toneladas.

A distribuição da carga movimentada no Porto, em 2017, foi de 50,20% para os Graneis Sólidos, 24,98% para a Carga Geral e 24,81% para os Graneis Líquidos.



2.1. Movimento de Navios

O movimento no Porto de Aveiro registou, em 2017, um total de 1.055 navios, a que corresponde uma arqueação bruta (GT) total de 5.549.890. Face ao ano anterior, observa-se um aumento de 3,43% e 10,06%, no número de navios e no GT, respetivamente, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 4.944 em 2016 para 5.261 em 2017.

O aumento da arqueação bruta média dos navios foi transversal à quase totalidade das cargas que escalaram o Porto de Aveiro em 2017, com destaque para os granéis líquidos e granéis sólidos alimentares. Este resultado global é reflexo direto da política desta administração de

receber navios de maior dimensão. Política esta, consolidada com a conclusão da melhoria das acessibilidades marítimas da barra do Porto de Aveiro bem como pela vinda de um rebocador mais potente, potenciando, assim, as infraestruturas portuárias existentes.

	2017		2016		Δ% 17/16	
Classe de GT	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total
Total	1.055	5.549.890	1.020	5.042.687	3,43%	10,06%
< 2000	44	77.531	42	71.861	4,76%	7,89%
2000 - 3000	390	1.045.626	373	1.008.643	4,56%	3,67%
3001 - 4000	207	736.959	189	669.313	9,52%	10,11%
4001 - 5000	152	678.658	146	655.441	4,11%	3,54%
5001 - 6000	58	315.184	71	385.288	-18,31%	-18,20%
6001 - 7000	31	199.446	46	298.446	-32,61%	-33,17%
7001 - 8000	19	143.180	16	121.483	18,75%	17,86%
8001 - 9000	8	68.417	27	225.185	-70,37%	-69,62%
9001 - 10.000	15	144.071	20	189.992	-25,00%	-24,17%
10.001 - 11.000	12	122.622	4	40.886	200,00%	199,91%
11.001 - 12.000	9	104.328	11	128.704	-18,18%	-18,94%
> 12.001	110	1.913.868	75	1.247.445	46,67%	53,42%

2.2. Movimento de Mercadorias

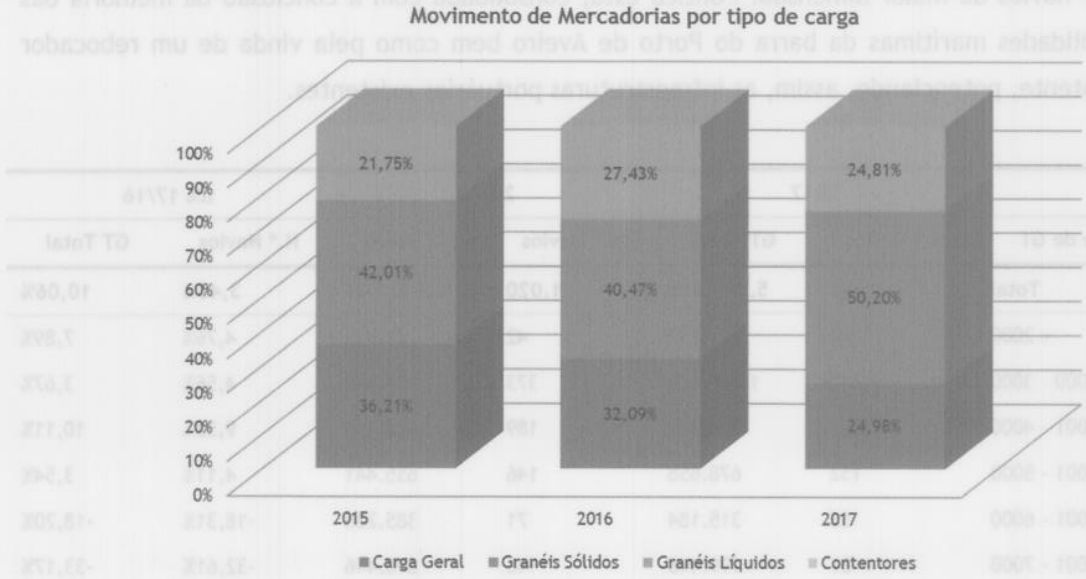
2.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias nos dois últimos anos, por tipo de carga.

Toneladas

	2017	2016	Δ% 17/16
Total do Movimento Portuário	5.149.535	4.541.399	13,39%
Carga Geral Fracionada	1.286.155	1.457.184	-11,74%
Granéis Sólidos	2.585.255	1.837.995	40,66%
Granéis Líquidos	1.277.501	1.245.497	2,57%
Carga Contentorizada	625	723	-13,64%

Relativamente à distribuição da movimentação de mercadorias por tipo de carga evidencia-se o predomínio do movimento de Graneis Sólidos sobre as restantes cargas, conforme se observa no gráfico seguinte.



2.2.1.1. Carga Geral Fracionada

A Carga Geral Fracionada, registou uma diminuição de 11,74%, face a 2016, tendo sido a segunda principal componente de tráfego total deste porto. As principais mercadorias que contribuíram para esta variação negativa foram o cimento embalado (-205 mil toneladas) e os produtos florestais (-58 mil toneladas). As mercadorias que mais contribuíram para o total de Carga Geral Fracionada foram os produtos metalúrgicos (644 mil toneladas), os produtos florestais (361 mil toneladas) e os cimentos embalados (151 mil toneladas).

Toneladas

	2017	2016	Δ 17/16
Total de Carga Geral Fracionada	1.286.155	1.457.184	-171.029
Produtos metalúrgicos	643.924	564.777	79.147
Produtos florestais	361.292	419.051	-57.759
Cimento	151.074	356.057	-204.982
Energia Eólica	57.919	60.165	-2.245
Produtos minerais	34.197	30.604	3.593
Outras Cargas Geral	37.748	26.530	11.218

2.2.1.2. Granéis Sólidos

Os Granéis Sólidos registaram um aumento de 40,66%, face a 2016. As principais mercadorias que contribuíram para esta variação positiva foram os produtos agroalimentares (+458 mil toneladas) e o coque de petróleo (+202 mil toneladas). As mercadorias que mais contribuíram para o movimento total de Granéis Sólidos foram os produtos agroalimentares (1,132 milhões de toneladas) os produtos minerais (597 mil toneladas) e o coque de petróleo (373 mil toneladas).

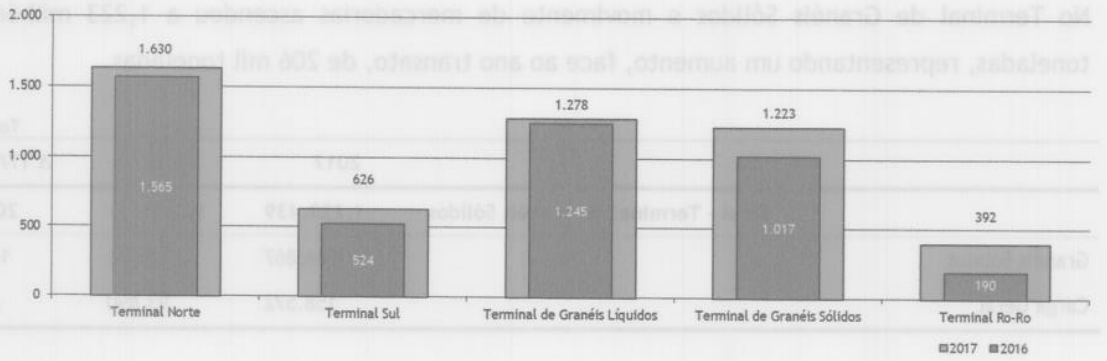
	2017	2016	Toneladas Δ 17/16
Total de Granéis Sólidos	**2.585.255**	**1.837.995**	**747.260**
Produtos Agroalimentares	1.131.953	674.204	457.749
Produtos minerais	597.167	425.146	172.021
Coque/Clinker	372.913	170.962	201.951
Subprodutos de madeira	164.988	225.841	-60.854
Cimento	146.125	155.747	-9.621
Carbonato disódico	130.153	161.739	-31.586
Outros Granéis Sólidos	41.956	24.356	17.600

2.2.1.3. Granéis Líquidos

O movimento de Granéis Líquidos registou um aumento de 2,57%, face a 2016. O gasóleo (397 mil toneladas) e o cloreto de vinilo (187 mil toneladas) foram as principais mercadorias movimentadas.

	2017	2016	Toneladas Δ 17/16
Total de Granéis Líquidos	**1.277.501**	**1.245.497**	**32.004**
Gasóleo	397.209	406.083	-8.874
Cloreto de vinilo	186.781	169.604	17.177
Benzeno	159.735	151.985	7.750
Isocianatos	134.929	133.302	1.627
Metanol	86.533	72.337	14.196
Gasolinas	74.666	69.518	5.148
Soda Cáustica	60.447	49.718	10.729
Óleos Vegetais	57.722	67.280	-9.558
Outros Granéis Líquidos	119.480	125.670	-6.190

2.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal



2.2.2.1. Terminal Norte

O Terminal Norte representou 31,66% do movimento global do porto, tendo-se registado um aumento de 65 mil toneladas, face ao ano anterior.

Toneladas

	2017	2016	Δ 17/16
Total - Terminal Norte	1.630.359	1.564.910	65.448
Carga Geral	711.298	937.748	-226.450
Granéis Sólidos	918.656	626.849	291.806
Carga Contentorizada	405	313	92

2.2.2.2. Terminal Sul

O Terminal Sul movimentou 626 mil toneladas, que corresponderam a 12,16% do movimento total, apresentando um aumento de 102 mil toneladas relativamente a 2016.

Toneladas

	2017	2016	Δ 17/16
Total - Terminal Sul	626.030	523.582	102.448
Carga Geral	314.883	309.483	5.401
Granéis Sólidos	311.146	214.067	97.079
Carga Contentorizada	0	32	-32

2.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos

No Terminal de Granéis Líquidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1,278 milhões de toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 32 mil toneladas.

Toneladas

	2017	2016	Δ 17/16
Total - Terminal de Granéis Líquidos	1.277.501	1.245.497	32.004
Granéis Líquidos	1.277.501	1.245.497	32.004

2.2.2.4. Terminal de Granéis Sólidos

No Terminal de Granéis Sólidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1,223 milhões de toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 206 mil toneladas.

Toneladas

	2017	2016	Δ 17/16
Total - Terminal de Granéis Sólidos	1.223.439	1.017.111	206.328
Granéis Sólidos	1.064.867	923.221	141.646
Carga Geral	158.572	93.890	64.681

2.2.2.5. Terminal de Contentores e Ro-Ro

No Terminal de Contentores e Ro-Ro o movimento de mercadorias ascendeu a 392 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 202 mil toneladas.

Toneladas

	2017	2016	Δ 17/16
Total - Terminal de Contentores e Ro-Ro	**392.207**	**190.299**	**201.908**
Granéis Sólidos	290.585	73.858	216.728
Carga Geral	101.402	116.063	-14.661
Carga Contentorizada	220	378	-159

2.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações

Toneladas

	2017	2016	Δ 17/16
Total de Mercadorias Movimentadas	**5.149.535**	**4.541.399**	**608.135**
Importações	3.444.289	2.780.631	663.658
Exportações	1.705.246	1.760.768	-55.523

No ano de 2017, as importações representaram 66,89% do total do movimento do Porto, sendo os produtos agroalimentares, produtos metalúrgicos e produtos químicos as principais mercadorias importadas. No quadro seguinte, são apresentadas as principais **mercadorias importadas** nos anos 2017 e 2016.

Toneladas

	2017	2016	Δ 17/16
Total de Mercadorias Importadas	**3.444.289**	**2.780.631**	**663.658**
Produtos Agroalimentares	1.131.953	674.655	457.298
Produtos metalúrgicos	569.388	494.842	74.546
Produtos Químicos	498.662	448.659	50.002
Combustíveis líquidos	471.874	475.601	-3.726
Minerais não metálicos	372.156	225.666	146.490
Carbonato disódico	134.064	163.143	-29.079
Coque/Clinker	96.267	71.635	24.632
Outros	169.925	226.430	-56.505

Relativamente às **exportações**, registou-se uma diminuição de 3,15%, face a 2016, sendo o coque de petróleo, os cimentos e os produtos minerais as principais mercadorias exportadas.

Toneladas

	2017	2016	Δ 17/16
Total de Mercadorias Exportadas	1.705.246	1.760.768	-55.523
Produtos florestais	513.456	562.093	-48.638
Coque/Clinker	276.646	99.327	177.319
Cimento	266.826	481.416	-214.590
Minerais não metálicos	259.208	230.085	29.123
Produtos químicos	217.724	198.461	19.263
Produtos metalúrgicos	74.613	73.409	1.204
Energia Eólica	57.333	58.113	-780
Combustíveis líquidos	19.592	42.299	-22.707
Outros	19.849	15.567	4.282

2.3. Setor das Pescas

	2017		2016		2015	
	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios
Porto de Pesca Costeira	8.080	—	8.763	—	7.712	—
Porto Pesca do Largo	—	80	—	67	—	84

2.3.1. Porto de Pesca Costeira

Este setor, vocacionado para a descarga, armazenagem e comercialização de pescado por embarcações de pequeno porte registou, em 2017, uma diminuição de 7,79%, face a 2016.

2.3.2. Porto de Pesca do Largo

Este terminal serve armadores de pesca do largo e as indústrias do processamento do pescado instaladas na Gafanha da Nazaré, dispondo para isso de 17 pontes-cais.

Este terminal registou, em 2017, um aumento de 19,40% no número total de navios que escalaram o Porto de Pesca do Largo, face a 2016.

3. Investimentos

O montante de investimento executado em 2017 ascendeu a 1,393 milhões de euros, sendo que **55 mil euros** corresponderam à execução de **investimentos estruturais** e **1,338 mil euros** à execução **de investimentos funcionais.**

No que respeita aos investimentos estruturais executados em 2017, destacam-se os seguintes projetos:

- A monitorização da hidrodinâmica da Ria de Aveiro, no âmbito da empreitada de Prolongamento do Molhe Norte do Porto de Aveiro, no montante total de 21 mil euros. Este investimento consiste no registo e análise regular, desde 2012 até 2017, dos níveis de maré, da intensidade da corrente e da salinidade, dando reposta ao estabelecido na Declaração de Impacte Ambiental n.º 2082, relativa ao projeto de "*Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro*"; e
- A infraestruturação e melhoria das infraestruturas da Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI) do Porto de Aveiro, no montante total de 32 mil euros. O investimento executado consistiu na elaboração dos projetos técnicos tendentes à infraestruturação da ZALI e o estudo do local de depósito dos inertes provenientes da dragagem a efetuar.

Dos projetos de investimento funcionais realizados em 2017, destacam-se:

- Empreitada de ligação da rede de águas residuais do Forte da Barra e do Porto de Pesca Costeira ao sistema da AdRA, no montante de 522 mil euros, evitando-se a drenagem de águas residuais para a Ria de Aveiro, cumprindo, assim, a legislação ambiental em vigor;
- Empreitada de Requalificação do caminho de rolamentos, caleira do cais e pavimentação do Terminal Norte (1.ª e 2.ª fases), no montante de 397 mil euros, que permitirá a melhoria das condições de operação portuária no mencionado terminal, através da requalificação do carril para os guindastes, da rede de abastecimento de água, da caleira técnica e da pavimentação da frente de cais; e
- Aquisição de um sistema de informação geográfica, no montante de 117 mil euros, que permitirá a gestão integrada dos processos e das áreas de negócio da APA, S.A. e melhorar a eficiência dos procedimentos internos.

Realçamos ainda que o custo total dos investimentos realizados em 2017 foi financiado apenas por fundos próprios.

4. Concessões

4.1. Existentes

4.1.1. De Serviço Público

4.1.1.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Durante o ano de 2017, o movimento portuário no Terminal Sul, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., registou um aumento de 19,57% (ver informação identificada no ponto 2.2.2.2. - Movimento de Mercadorias por Terminal, deste documento).

4.1.1.2. Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.

No ano de 2017, assistiu-se a um aumento do número de manobras efetuadas pela empresa à qual se encontra adjudicada, desde 29 de outubro de 2013, a *Concessão da Prestação da Atividade de Reboque, em regime de serviço público no Porto de Aveiro* - TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.. Este contrato de concessão produziu efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

Importa ainda referir que, no final do ano 2016, a concessionária reforçou o seu trem de reboques, substituindo um rebocador com capacidade de tração de 35 toneladas por um novo rebocador com capacidade de tração de 45 a 50 toneladas, permitindo adequar a capacidade de tração à tipologia de navios que escala o Porto de Aveiro.

		2017	2016
	Número de manobras	1.363	1.188
Dimensão dos navios	Menor que 115 metros	713	657
	Entre 115 e 125 metros	24	30
	Entre 125 e 135 metros	76	61
	Entre 135 metros e 150 metros	127	168
	Maiores que 150 metros	423	272

4.1.2. De Uso Privativo

4.1.2.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Em 2017, o terminal SOGRAIN, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., instalado no terminal de granéis sólidos do Porto de Aveiro, movimentou 555.179 toneladas.

Esta instalação compreende 16 silos e respetivos equipamentos de carga/descarga, totalmente automatizados e em circuito fechado. A capacidade de armazenamento do terminal é de 60 mil toneladas.

4.1.2.2. Navalria Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.

Em 2017, a Navalria deu continuidade à atividade de reparação e construção naval.

4.1.2.3. Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

A APA, S.A. e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. celebraram o contrato de concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro, com efeitos a 1 de outubro de 2014.

Durante o ano de 2017, registou-se uma diminuição de 683 toneladas de pescado transacionado no Porto de Pesca Costeira de Aveiro, conforme identificado no ponto 2.3. - Sector das Pescas, deste documento.

4.1.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A.

Em 2017, o estabelecimento industrial de produção de biodiesel, no terminal de granéis líquidos, movimentou de 292.301 toneladas (+59,98%, face a 2016).

4.1.2.5. Prio Parques de Tanques de Aveiro, S.A.

Em 2017, a Prio Energy, S.A. movimentou 150.201 toneladas (-30,21%, face a 2016).

4.1.2.6. Pellets Power, Lda.

Em 2017, a Pellets Power, Lda. movimentou nas suas instalações, no terminal norte do Porto de Aveiro um total de 55.960 toneladas (-32,24%, face a 2016).

4.1.2.7. Enerpellets, S.A.

Em 2017, a Enerpellets, S.A. movimentou 12.179 toneladas (-79,80%, face a 2016).

4.1.2.8. SGPAMAG - Sociedade de Granéis Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Granéis, S.A.

Em 2017, a SGPAMAG, S.A. movimentou 225.756 toneladas (+6,95%, face a 2016). Refira-se que esta concessão de uso privativo, atribuída em 2010, inclui duas parcelas dominiais com uma área total de 49.725 m^2 no terminal de granéis líquidos.

4.1.2.9. PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.

Em 2017, a PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., registou um tráfego de 11.056 toneladas (+64,67%, face a 2016). A empresa iniciou a sua atividade em 2015 após concluir a construção de um parque de receção, armazenagem, movimentação e expedição de combustíveis gasosos, tendo movimentado, no primeiro ano de exploração, 4.196 toneladas.

4.2. Outras Concessões

4.2.1. Plataforma Logística de Aveiro - Pólo de CACIA

Tendo-se verificado a falta de condições para a movimentação de cargas nesta plataforma, a APA, S.A. diligenciou pela rescisão contratual por comum acordo com as Infraestruturas de Portugal, S.A..

5. Segurança no Porto

5.1. Plano de Emergência Interno da APA, S.A.

No dia 19 de novembro de 2017 teve lugar o exercício de combate à poluição, no Terminal de Granéis Líquidos (TGL) do Porto de Aveiro, no âmbito do Plano de Emergência Interno (PEI) da APA, S.A..

O referido exercício foi precedido por duas ações de formação de atualização do curso de Operador de Combate à Poluição no Mar, direcionado para os elementos do Núcleo de Combate a Derrames do PEI da APA, S.A., tendo contado, também, com a participação de elementos da Corporação de Bombeiros de Ílhavo, das Corporações de Bombeiros Voluntários de Aveiro e dois elementos da Capitania do Porto de Aveiro, estes últimos na qualidade de observadores.

O exercício iniciou-se com o alerta de incidente, tendo-se desencadeado os procedimentos de comunicação de alerta às Autoridades Competentes. Após verificação inicial da situação no local foram definidas as primeiras medidas de atuação em consonância com os procedimentos definidos no Plano Mar Limpo (PML) e no PEI da APA, S.A..

Na primeira fase de intervenção foi dada prioridade à operação de contenção do produto derramado tendo sido utilizadas para o efeito barreiras insufláveis a jusante e a montante do navio, estabelecidas a partir do cais e da embarcação de combate à poluição. De realçar que nesta fase da operação a articulação entre as equipas de combate à poluição da APA, S.A., da Capitania do Porto de Aveiro e do rebocador da empresa Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A. foi fundamental para possibilitar, num curto intervalo de tempo, a delimitação total do derrame.

Na segunda fase de intervenção procedeu-se à recolha do produto derramado, tendo sido utilizados dois equipamentos recuperadores (de discos e de cordões) conectados a um tanque autossustentável, que possibilitou a recolha e armazenagem inicial do produto.

Refira-se que este exercício envolveu um total de cinquenta elementos das autoridades e entidades com responsabilidade no âmbito do PML e possibilitou, testar, validar e aperfeiçoar os dispositivos de resposta face a incidentes de poluição no meio marinho.

No âmbito da Prevenção da Segurança no TGL, onde se inserem vários estabelecimentos abrangidos pela Diretiva SEVESO, foi dada continuidade, no ano de 2017, às reuniões de segurança periódicas entre a APA. S.A., a Proteção Civil do Município de Ílhavo, a Capitania do

Porto de Aveiro, a Corporação de Bombeiros Voluntários de Ílhavo e as empresas instaladas, promovendo a cooperação entre todas as entidades e a partilha de informação relevante e de interesse mútuo na área da segurança.

5.2. *International Ship and Port Facility Security Code (ISPS)* Plano de Proteção do Porto

A APA, S.A. realizou, no dia 06 dezembro de 2017, um exercício no âmbito do Plano de Proteção do Porto (PPP), do tipo exercício de posto de comando (CPX), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro, procurando treinar e aferir a articulação de todos os intervenientes com responsabilidades de atuação no âmbito da PPP.

Após elevação do nível de proteção do Porto, pela Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos (ACPTMP), foi operacionalizado o Centro Coordenador de Operações de Proteção do Porto (CCOPP), nas instalações da Policia Marítima no Forte da Barra. No CCOPP estiveram presentes a Autoridade Marítima, a Autoridade Portuária, os responsáveis das forças de segurança com competências na área portuária.

Estas ações são extremamente relevantes na promoção do entrosamento entre entidades, na facilitação da coordenação no terreno, na identificação da disponibilidade de recursos e da capacidade de intervenção das forças de segurança do porto, para além de constituírem também oportunidades de treino para o CCOPP e para os oficiais e equipas de proteção das Instalações Portuárias envolvidas.

5.3. Controlo do Tráfego Marítimo do porto de Aveiro

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro, inaugurado em julho de 2008, e a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, é o órgão operacional do *Vessel Traffic Service* (VTS) o qual tem por missão garantir a troca de informação necessária no âmbito da segurança do porto. O serviço VTS, colaborando diretamente com o Departamento de Pilotagem, monitoriza permanentemente todas as embarcações e navios que demandam o Porto de Aveiro.

5.4. Segurança e Saúde no Trabalho

Na área da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) foi dado enfoque à monitorização da gestão da prevenção nas instalações portuárias e à agilização de procedimentos entre as entidades, por forma a efetivar a implementação de boas práticas de SST em todos os terminais do Porto de Aveiro.

6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação

6.1. Iniciativas de Desenvolvimento de Negócios

Em 2017 foram estabelecidos contatos com armadores de vários segmentos do *Shipping* nomeadamente graneleiros, contentores e Ro-Ro, bem como com diversos operadores logísticos interessados em estabelecer relações comerciais com o Porto de Aveiro. Foram igualmente realizadas reuniões, com alguns dos principais carregadores do Porto de Aveiro, com o intuito de auscultar as suas necessidades e perspetivas de negócio.

Relativamente à ZALI destaca-se a assinatura do contrato de concessão com *ASM Industries*, para a instalação de uma unidade industrial para produção de componentes da energia eólica oceânica e um conjunto de ações de promoção da ZALIM, intentando encontrar novos parceiros com potencial para a sua dinamização.

Não obstante ter tido início uma ligação ferroviária, diária, a Salamanca (Espanha) operado pela empresa de transportes ferroviário de mercadorias, Takargo, o projeto de modernização da ligação ferroviária àquela cidade, continuou a merecer acompanhamento, durante o ano de 2017, por parte de diversas entidades dos dois países.

6.2. Iniciativas de Promoção do Porto

Seminário da Transportes e Negócios - *"Alargar Horizontes"*, 16 de março no Porto

A APA, S.A. patrocinou o Seminário da Transportes e Negócios, onde foram abordados diversas temáticas ligadas ao *Shipping* como o *Short sea* e a intermodalidade.

Comemoração do dia do Porto de Aveiro, 3 de abril

A efeméride foi celebrada no dia 3 de abril com um concerto musical, na Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré, tendo sido a Comunidade Portuária de Aveiro (CPA), em parceria com a APA, S.A., promotora do evento. O concerto comemorativo do dia do Porto de Aveiro contou com uma sala lotada para ouvir a atuação da *Banda HMB*.

8º Edição do *Supply Chain Meeting* - 4 e 5 de abril em Vila Franca de Xira

A APA, S.A. patrocinou a 8.º Edição do *Supply Chain Meeting*, onde, durante dois dias, os profissionais da logística tiveram oportunidade de estabelecer relações comerciais.

Visita do Embaixador da Noruega em Portugal - 2 de junho

A APA, S.A. recebeu, no dia 2 de junho, a vista do Embaixador da Noruega em Portugal e do deputado Ulisses Pereira, Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Noruega. Durante o encontro foram discutidos assuntos relacionados com o sector portuário e pescas de ambos os países.

Business2Sea - Fórum do Mar 2017, de 5 e 6 de junho, no Porto

A APA, S.A., a CPA, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), o Grupo de Ação Costeira (GAC), a Câmara Municipal de Ílhavo, a Universidade de Aveiro e o Instituto Superior das Ciências da Informação e da Administração (ISCIA) estiveram presentes, na edição de 2017 do Fórum do Mar, com um *stand* de promoção da região de Aveiro.

***Oceans Meeting* 2017 - 7 e 8 de setembro, Fundação Champalimaud, Lisboa**

A APA, S.A, marcou presença, com um espaço no *stand* da APP - Associação dos Portos de Portugal (APP), no *Oceans Meeting 2017*, que se realizou em Portugal, sob o lema da saúde dos oceanos e a saúde humana. Durante o evento foram estabelecidos diversos contatos de índole comercial.

***Techdays* Aveiro 2017, 12 a 14 de setembro**

A APA, S.A. e a CPA estiveram presentes, na edição de 2017 da *TECHDAYS*, com um *stand* de promoção do Porto de Aveiro.

20.º Congresso de Logística da Associação Portuguesa de Logística (APLOG) com o tema *"Logística 360º Num Mundo em Transformação"*, 25 e 26 de outubro no Centro de Congressos de Lisboa

A APA, S.A. patrocinou o 20.º Congresso da APLOG que, como vem sendo habitual, contemplou diversas sessões plenárias de teor estratégico e conceptual, sessões paralelas de cariz técnico e prático, assim como diversas ações de demonstração de boas práticas logísticas e promoção de *networking* e de relacionamento estratégico entre os participantes.

Importa, ainda, referir que a APA, S.A. marcou presença através de inserções publicitárias, ao longo de 2017, em inúmeras publicações de carácter geral e da especialidade.

6.3. Comunicação

Em 2017 manteve-se a política assumida pelo Conselho de Administração, de divulgação regular de notícias referentes ao Porto de Aveiro e nos mais diversos suportes.

Difusão efetuada através do portal *web* e de *newsletters* eletrónicas difundidas para vários milhares de cibernautas.

O portal da APA, S.A., registou, em 2017, um total de 650.419 *views*, mais 13.273 *views* face a 2016 (637.146). O portal da Comunidade Portuária de Aveiro (CPA), registou, em 2017, 153.229 *views*, mais que duplicando o número de visitantes, face a 2016 (66.518). No seu conjunto os portais registaram, em 2017, 803.648 *views*, mais 99.984 face a 2016.

Em 2017 foram difundidas 67 *webletters* editáveis (75 em 2016), no que reporta à APA, S.A., havendo a registar mais 109 *webletters* editáveis enviadas pelo portal da CPA (80 em 2016). Importa referir que a quase totalidade dos artigos publicados nestes dois portais são, depois, replicados no portal e *webletter* da APP, ou, quando se justifica, no portal da Associação dos Portos de Língua Oficial Portuguesa (APLOP).

A interpenetração com as redes sociais é outro pormenor a ressaltar, através da publicação/replicação de conteúdos no *Facebook*, *Twitter*, *Slideshare*, *History Pin* e *Youtube*.

A *fan page* no *Facebook* da APA, S.A., registava, a 31 de dezembro de 2017, 1.471 seguidores e a da CPA registava, na mesma data, 412 seguidores.

A 31 de dezembro de 2017, o espaço da APA, S.A. no *Twitter*, registava 725 seguidores (365 em 2016) e o da CPA registava 332 seguidaores. Os *tweets* em cada um dos espaços atingiam a cifra de, respetivamente, 22.100 e 21.200.

O espaço da APA, S.A. no *FLICKR*, criado em 2014, oferece atualmente, aos cibernautas, 5.705 fotos distribuídas por 96 álbuns (3.218 fotos/51 álbuns em 2016).

O porto de Aveiro, pioneiro das administrações portuárias portuguesas no *Youtube* oferece aos cibernautas um conjunto assinalável de vídeos, das maiores ofertas no panorama das empresas públicas portuguesas, com um total de 890 vídeos (em 2016 registava a publicação de 842 vídeos).

A 10 de fevereiro de 2017, o *Youtube* indicava um total de 491.687 visualizações (464.537 em 2016), representando 357.143 minutos de tempo de visualização (308.078 em 2016), e 346 subscritores do canal (289 em 2016).

Prosseguiu-se com a política encetada há vários anos e que consiste em manter presença regular nos meios de comunicação social ditos "tradicionais". Sem um relato exaustivo, destacamos os

suplementos publicados no jornal regional Diário de Aveiro, os programas quinzenais "Porto de Encontro", emitido pela "Rádio Terra Nova", e o programa da Comunidade Portuária de Aveiro, este difundido pela Rádio Voz da Ria, isto para além da participação noutros produtos da imprensa escrita (suplementos, cadernos especiais, edições especiais, etc.).

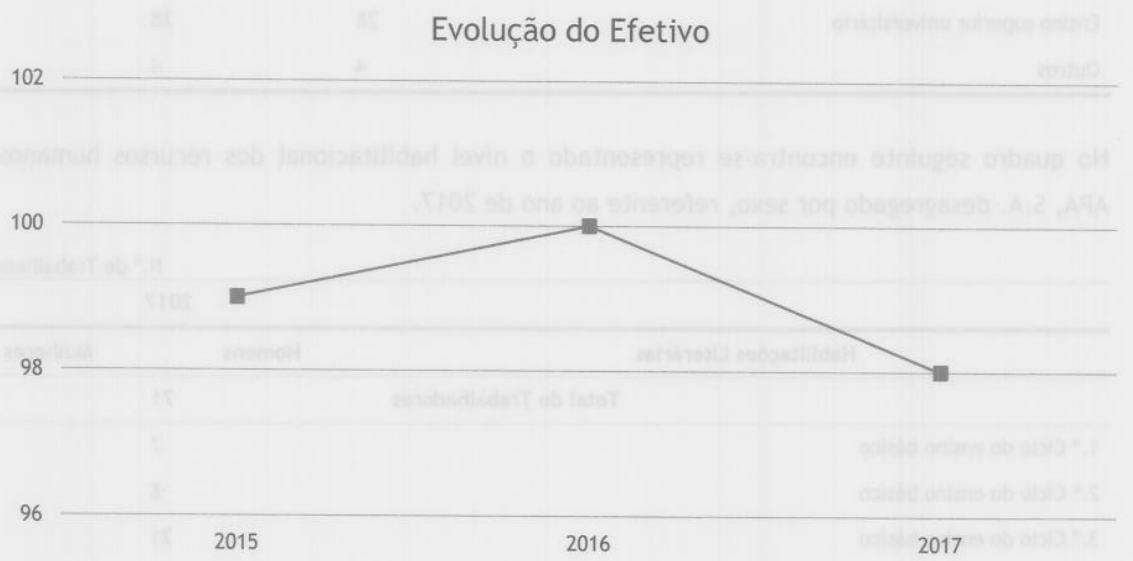
Na Rádio Terra Nova foram emitidos 22 programas "Porto de Encontro", espaço do porto de Aveiro na rádio. Na Rádio Voz da Ria foram emitidos 22 programas "Espaço da Comunidade Portuária de Aveiro". Para além da difusão por via hertziana, os programas são depois disponibilizados em *podcast* nos portais da APA, S.A., CPA e APP.

A colaboração com os gabinetes de comunicação governamentais, instituições académicas e empresas, associações de diversa índole, sempre que solicitada, integra também o leque de atividades do gabinete de comunicação da APA, S.A.. Procedeu-se, diariamente, à monitorização dos conteúdos publicados sobre o Porto de Aveiro nos mais diversos suportes mediáticos, quer através dos recursos possibilitados pela *Cision*, quer através de alertas específicos da *Google*, ainda em buscas dirigidas na *web* e consulta de publicações em formato papel.

7. Recursos Humanos

7.1. Evolução do Efetivo

O efetivo da APA, S.A. registou a seguinte evolução no decurso dos últimos três anos:



O número de efetivos, apresentado no gráfico supra, corresponde aos colaboradores ao serviço da APA, S.A. a 31 de dezembro de cada um dos exercícios.

No que concerne à evolução do efetivo, registou-se um decréscimo do seu número, de 100 para 98 colaboradores, assinalando-se assim, a saída de três colaboradores por aposentação (dois operadores de equipamento portuário e um diretor de serviços), dois dos quais por incapacidade, bem como a contratação, em novembro de 2017, de um piloto marítimo.

7.2. Habilitações Literárias

No que respeita ao nível habilitacional dos recursos humanos, os colaboradores habilitados com o 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico representam 43%, do total do efetivo, seguido de colaboradores habilitados com ensino superior (35%) e do ensino secundário (22%).

N.º de Trabalhadores

Habilitações Literárias	2017	2016	2015
	98	100	99
1.º Ciclo do ensino básico	9	9	9
2.º Ciclo do ensino básico	11	12	11
3.º Ciclo do ensino básico	22	23	23
Ensino secundário	22	22	22
Ensino superior politécnico	2	2	2
Ensino superior universitário	28	28	28
Outros	4	4	4

No quadro seguinte encontra-se representado o nível habilitacional dos recursos humanos da APA, S.A. desagregado por sexo, referente ao ano de 2017.

N.º de Trabalhadores

Habilitações Literárias	2017 Homens	2017 Mulheres
Total de Trabalhadores	71	27
1.º Ciclo do ensino básico	7	2
2.º Ciclo do ensino básico	8	3
3.º Ciclo do ensino básico	21	1
Ensino secundário	12	10
Ensino superior politécnico	2	0
Ensino superior universitário	19	9
Outros	2	2

7.3. Ativos por Áreas Operacionais

O quadro infra apresenta a distribuição dos ativos por áreas operacionais, de acordo com o modelo organizacional vigente.

N.º de Trabalhadores

	2017	2016	2015
Total de Trabalhadores	98	100	99
Top - Management	4	4	4
Apoio à Administração	2	2	2
Gabinete Jurídico	1	1	1
Gabinete da Estratégia	2	2	2
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	0	0
Direção de Coordenação Portuária	55	57	56
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	17	17	16
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	17	17	18

O quadro infra apresenta a desagregação, por género, do efetivo da empresa, distribuído pelas respetivas Áreas Operacionais.

N.º de Trabalhadores

	2017	
	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	71	27
Top - Management	4	0
Apoio à Administração	0	2
Gabinete Jurídico	0	1
Gabinete da Estratégia	1	1
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	0
Direção de Coordenação Portuária	50	5
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	11	6
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	5	12

Como se depreende da análise do quadro supra, a área operacional que apresenta um maior número de colaboradoras é a Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, composta por 12 mulheres e 5 homens.

7.4. Escalões Etários

No que concerne à distribuição do efetivo por escalões etários, constata-se um aumento do nível etário médio de **51,40** em 2016 para **52,15** em 2017.

N.º de Trabalhadores

	2017		2016		2015	
Total	98	100,00%	100	100,00%	99	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	1	1,02%	1	1,00%	1	1,01%
De 30 a 34 anos	2	2,04%	2	2,00%	1	1,01%
De 35 a 39 anos	4	4,08%	3	3,00%	4	4,04%
De 40 a 44 anos	6	6,12%	7	7,00%	9	9,09%
De 45 a 49 anos	14	14,28%	19	19,00%	19	19,19%
De 50 a 54 anos	30	30,61%	31	31,00%	35	35,35%
De 55 a 59 anos	33	33,67%	30	30,00%	24	24,24%
De 60 a 61 anos	3	3,06%	4	4,00%	4	4,04%
De 62 a 64 anos	4	4,08%	3	3,13%	2	2,02%
Mais de 65 anos	1	1,02%	0	0,00%	0	0,00%

Em 2017, os escalões etários com as idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos são os que concentram maior número de efetivos, representando 64,28% dos colaboradores da APA, S.A..

O quadro infra apresenta os escalões etários em que se posicionam os colaboradores desta administração portuária, com a informação desagregada por género.

N.º de Trabalhadores

	2017			
	Homens		Mulheres	
Total	71	100,00%	27	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	1	1,41%	0	0,00%
De 30 a 34 anos	0	0,00%	2	7,41%
De 35 a 39 anos	2	2,82%	2	7,41%
De 40 a 44 anos	3	4,23%	3	11,11%
De 45 a 49 anos	10	14,08%	4	14,81%
De 50 a 54 anos	23	32,40%	7	25,93%
De 55 a 59 anos	26	36,62%	7	25,93%
De 60 a 61 anos	2	2,82%	1	3,70%
De 62 a 64 anos	4	5,63%	0	0,00%
Mais de 65 anos	0	0,00%	1	3,70%

7.5. Antiguidade

No que respeita ao nível de antiguidade, é notória a elevada concentração de efetivos nos últimos escalões, ou seja, mais de 25 anos de antiguidade, representando 52% do total de colaboradores.

N.º de Trabalhadores

	2017	2016	2015
Total	98	100	99
Até 1 ano	1	2	5
Mais de 1 ano até 2 anos	2	5	0
Mais de 2 anos até 5 anos	5	1	2
Mais de 5 anos até 10 anos	3	2	2
Mais de 10 anos até 15 anos	5	11	15
Mais de 15 anos até 20 anos	22	17	13
Mais de 20 anos até 25 anos	9	13	17
Mais de 25 anos até 30 anos	36	49	45
Mais de 30 anos	15	0	0

O quadro infra apresenta o nível de antiguidade dos colaboradores no ano de 2017, desagregado por género.

	N.º de Trabalhadores 2017	
	Homens	Mulheres
Total	71	27
Até 1 ano	1	0
Mais de 1 ano até 2 anos	1	1
Mais de 2 anos até 5 anos	5	0
Mais de 5 anos até 10 anos	2	1
Mais de 10 anos até 15 anos	4	1
Mais de 15 anos até 20 anos	15	7
Mais de 20 anos até 25 anos	6	3
Mais de 25 anos até 30 anos	24	12
Mais de 30 anos	13	2

O nível de antiguidade que agrega um maior número de colaboradoras é o *"mais de 25 anos até 30 anos"*.

7.6. Indicadores

7.6.1. Trabalho e Absentismo

Indicadores	2017	2016	2015
1. Efetivo (n.º de trabalhadores)	98	100	99
2. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	215.041	217.567	214.959
3. Trabalho Extraordinário (horas suplementares)	1.505	1.345	941
4. Absentismo (horas de ausência)	6.100	9.582	7.088
6. Horas Efetivamente Trabalhadas (2+3-4)	**210.446**	**209.330**	**208.812**
7. Horas Trabalhadas /Efetivo (6:1)	**2.147**	**2.074**	**2.109**
8. Taxa de Absentismo (4:2x100)	**2,84%**	**4,40%**	**3,30%**
9. Taxa de Trabalho Extraordinário (3:2x100)	**0,70%**	**0,62%**	**0,44%**

Da análise do quadro supra constata-se um decréscimo da taxa de absentismo comparativamente com os anos anteriores, justificado, essencialmente, pela diminuição do número de horas de ausência por doença.

No quadro infra encontra-se representado o detalhe do número de horas de ausência, discriminado por tipo de falta.

N.º de horas

Motivos de ausência	2017	2016	2015
Total	6.100	9.582	7.088
Acidente de trabalho	1.723	824	1.977
Doença	3.432	8.543	4.843
Assistência inadiável	0	6	36
Maternidade / Paternidade	800	130	0
Suspensões Disciplinares	0	0	0
Outras Causas	145	79	232

De destacar que o decréscimo do número total de horas de ausência em 2017, quando comparado com o ano anterior, é justificado, essencialmente, pela diminuição das faltas por doença (- 5.111 horas). No quadro infra encontram-se plasmados os motivos de ausência desagregados por género, referentes ao ano de 2017.

N.º de horas

Motivos de ausência	2017	
	Homens	Mulheres
Total	4.376	1.724
Acidente de trabalho	1.723	0
Doença	2.346	1.086
Assistência inadiável	0	0
Maternidade / Paternidade	243	557
Suspensões Disciplinares	0	0
Outras Causas	64	81

7.6.2. Formação com o Pessoal

A evolução do total de horas de formação caracteriza-se da seguinte forma.

	2017	2016	2015
Número total de horas de ação de formação	1.439	666	1.246
Número de ações	44	48	39
Número de formandos	223	79	142

Da análise ao quadro supra constata-se, em 2017, uma diminuição do número de ações de formação quando comparado com o ano anterior, no entanto, abrangendo um maior número de colaboradores/as e com uma maior carga horária.

7.6.3. Produtividade

Em 2017 registou-se um aumento da produtividade, medida em função da carga movimentada no porto e das horas trabalháveis.

	2017	2016	2015
Toneladas Movimentadas (1)	5.149.535	4.541.399	4.656.298
Horas trabalháveis (2)	215.041	217.567	214.959
Produtividade (1)/(2)	**23,95**	**20,87**	**21,66**

7.6.4. Gastos com o Pessoal

No que respeita aos gastos com o pessoal refira-se que a despesa média por hora trabalhável aumentou 1,36 euros justificado, essencialmente, pelo aumento dos gastos com o pessoal decorrente da aplicação, a partir de 1 julho de 2016, de atos que consubstanciaram valorizações remuneratórias de acordo com o despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016.

Indicadores	2017	2016	2015
1. Gastos com o Pessoal	5.160.248	4.925.146	4.664.555
2. Massa Salarial*	5.045.023	4.834.630	4.565.278
3. Efetivo	98	100	99
4. Horas Trabalháveis	215.041	217.567	214.959
Despesa Média por hora trabalhável (1:4)	**24,00**	**22,64**	**21,70**
Massa Salarial / Efetivo (2:3)	**51.480**	**48.346**	**46.114**

* Remunerações dos Órgãos Sociais (conta 631) - Ajudas de Custo dos Órgãos Sociais (conta 6314) + Remunerações do Pessoal (conta 632) - Ajudas de Custo do Pessoal (conta 63207) + Encargos sobre Remunerações (conta 635).

7.6.5. Outros Gastos com o Pessoal

Ação Social	2017	2016	2015
Seguro de Saúde	27.948	28.264	29.038
Medicina no Trabalho	7.316	7.246	7.246
Pensões	22.899	11.387	11.470

7.6.5.1. Medicina no Trabalho

Os serviços de Medicina no Trabalho realizaram, em 2017, 80 exames médicos para aferição do estado de saúde geral dos trabalhadores e da sua capacidade física para o desempenho das funções profissionais que lhe são atribuídas.

Ação Social	2017	2016	2015
Efetivo (1)	98	100	99
Exames Periódicos	76	57	81
Exames Ocasionais	3	15	5
Total de Exames (2)	80	72	86
Índice de Frequência de Exames (2)/(1)	**81,63%**	**72,00%**	**86,87%**

8. Análise Económico-Financeira

8.1. Resultados

8.1.1. Resultado Operacional

Em 2017, a APA, S.A. apresentou um Resultado Operacional positivo de 1,923 milhões de euros, o que representa um aumento de 35,93%, relativamente ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

Valores em euros

	2017	2016	Δ 2017/2016
Rendimentos Operacionais (1)	**19.473.659**	**19.279.358**	**194.301**
Exploração Portuária	4.438.670	4.430.933	7.736
Subsídios à Exploração	4.978	4.965	13
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	869.359	-869.359
Reversões de Imparidade de dívidas a receber	108.693	435.158	-326.465
Outros Rendimentos	14.921.318	13.538.942	1.382.376
Gastos Operacionais (2)	**9.255.426**	**9.599.825**	**-344.399**
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	755.736	0	755.736
Fornecimentos e Serviços Externos	2.583.571	4.148.930	-1.565.359
Gastos com o Pessoal	5.160.248	4.925.146	235.103
Perdas de Imparidade de dívidas a receber	335.518	286.792	48.726
Gastos em investimentos não financeiros	191.273	0	191.273
Outros Gastos	229.079	238.957	-9.878
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (3) = (1) - (2)	**10.218.233**	**9.679.533**	**538.700**
Gastos de depreciação e de amortização (4)	8.316.549	8.286.226	30.324
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (5)	21.711	21.711	0
Resultado operacional (6) = (3) - (4) + (5)	**1.923.395**	**1.415.018**	**508.377**

Nos rendimentos de **Exploração Portuária** incluem-se todos os rendimentos resultantes da prestação de serviços a navios, tais como Tarifas sobre Navios, Serviços de Pilotagem e Amarração e Desamarração de navios, e à carga, tais como tarifa de armazenagem e tarifa de uso de equipamento, realizados diretamente pela APA, S.A.. As principais rubricas que contribuíram para a variação dos rendimentos de exploração portuária, encontram-se detalhadas no quadro seguinte.

Valores em euros

	2017	2016	Δ 2017/2016
Exploração Portuária	4.438.670	4.430.933	7.737
TUP-Navio	1.946.329	1.781.783	164.546
Estacionamento	196.197	206.125	-9.928
Amarração e desamarração	380.515	366.666	13.849
Pilotagem	1.373.737	1.301.834	71.903
Armazenagem	376.792	504.512	-127.720
Tarifa do Uso de Equipamento	163.034	268.257	-105.223
Serviços Secundários - Fornecimentos de pessoal	2.066	1.756	310

O desvio positivo de 240 mil euros registado nas tarifas diretamente ligadas ao movimento portuário no Porto de Aveiro (TUP-Navio, Estacionamento, Amarração e Desamarração e Pilotagem) é justificado pelo aumento do movimento portuário, conforme apresentado no ponto 2. do presente relatório.

O desvio negativo registado na tarifa de armazenagem é justificado pela celebração de contratos de concessão com as Empresas de Estiva licenciadas a operar no porto de Aveiro para a construções de armazéns e alvarás de licença para ocupação de áreas de terraplenos para armazenagem a descoberto de mercadorias, registando os respetivos rendimentos na rubrica "Outros Rendimentos - Rendimentos de Ocupação".

A redução registada nos rendimentos obtidos com a tarifa de uso de equipamentos é justificada pela entrada em vigor, a 1 de setembro de 2014, das *"Normas para Utilização dos Terminais de Cargas Secas do Porto de Aveiro"* e das *"Normas para Utilização das Pontes-Cais do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro"*, que aprovaram o atual modelo de operação portuária, cujo objetivo principal é promover a concorrência dentro do porto através da diminuição do tempo de carga e descarga dos navios, mediante a utilização de meios de movimentação vertical privados em detrimento dos meios públicos.

Nos **Outros Rendimentos**, registou-se um aumento de 1,382 milhões de euros, face a 2016. Para esta variação contribuíram os:

- Rendimentos de ocupações (com um desvio positivo de 791 mil euros, face a 2016), justificado por cancelamentos de ocupações (com um impacto desfavorável de 208 mil euros), novas ocupações (com um impacto favorável de 933 mil euros), evolução das bonificações (com um impacto favorável de 43 mil euros) e pela atualização das tarifas unitárias por metro quadrado ocupado (com um impacto favorável de 23 mil euros);

- Rendimentos de Concessões (com um desvio positivo de 396 mil euros) justificado pelo aumento do movimento portuário, conforme apresentado no ponto 2. do presente relatório, resultando num aumento dos rendimentos obtidos com as taxas de utilização das infraestruturas portuárias, aprovadas pelas *"Normas para Utilização dos Terminais de Cargas Secas do Porto de Aveiro"* e das *"Normas para Utilização das Pontes-Cais do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro"*; e
- Rendimentos de inertes (com um desvio positivo de 105 mil euros, face a 2016) justificado pelo aumento de 150 mil toneladas de inertes vendidos.

Valores em euros

	2017	2016	Δ 2017/2016
Outros Rendimentos	14.921.318	13.538.942	1.382.377
Rendimentos de Propriedade	4.696.922	3.906.421	790.501
Inertes	578.223	472.914	105.309
Concessões *	6.716.573	6.320.970	395.603
Fornecimentos Secundários	649.674	571.114	78.560
Recolha de Resíduos	53.941	58.993	-5.052
Outros Rendimentos Suplementares	43.197	36.211	6.986
Descontos de pronto pagamento obtidos	14	74	-60
Imputação de subsídios para investimentos	2.145.241	2.100.990	44.251
Benefícios de penalidades contratuais	31.650	5.760	25.890
Outros Rendimentos	5.882	65.494	-59.612

* Inclui 3.085.879€, resultante da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, revertem gratuitamente para a APA, S.A..

Observando a variação dos **Gastos Operacionais**, no ano de 2017, verificou-se uma diminuição de 344 mil euros, face a 2016. A variação é justificada, essencialmente, pelos fornecimentos e serviços externos (com um desvio positivo de 1,565 milhões de euros), pelos gastos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos (com um desvio negativo de 756 mil euros) e pelos gastos com o pessoal (com um desvio negativo de 235 mil euros).

Para a variação dos **Fornecimentos e Serviços Externos** (com um desvio positivo de 1,565 milhões de euros) contribuiu de forma significativa e relevante a realização, em 2017, de dragagens de manutenção dos fundos do porto de Aveiro, no montante de 511 mil euros (menos 479 mil euros, face a 2016) e, em 2016, de uma dragagem de manutenção do porto de pesca costeira no montante de 879 mil euros.

No que respeita aos **Gastos com o Pessoal** apesar de se registar uma diminuição do número de colaboradores, conforme evidenciado no capítulo 6 do presente relatório, registou-se um

aumento de 235 mil euros, face ao registado em 2016. Para esta variação contribuíram os seguintes fatores:

— Contratação, em novembro de 2017, de um piloto marítimo;
— Saída de três colaboradores, por aposentação; e
— Valorizações remuneratórias concedidas após 01 de julho de 2016, nos termos do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças.

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** e os **Gastos com o Pessoal** continuam a deter um peso significativo na globalidade dos gastos operacionais de, respetivamente, 27,91% e 55,75%. Observadas conjuntamente estas duas rubricas absorveram 39,77% dos rendimentos globais da APA, S.A. no exercício de 2017 (47,07% em 2016).

Refira-se ainda que, decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial para valorização do investimento que a APA, S.A. detém na sua subsidiária, APFF, S.A., no exercício de 2017, foi reconhecido um gasto no montante de 756 mil euros, correspondendo ao resultado líquido gerado por esta subsidiária nesse exercício (menos 1,625 mil euros, face a 2016). A variação negativa do desempenho económico da APFF, S.A. é justificada pela contabilização de uma reversão, no montante de 1,640 mil euros, da perda por imparidade reconhecida sobre a totalidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis.

8.1.2. Resultado Antes de Imposto

Em 2017, a APA, S.A., apresenta um **Resultado Antes de Imposto** de 1,918 milhões de euros, o que representa um aumento de 479 mil euros, relativamente ao ano anterior.

Valores em euros

	2017	2016	Δ 2017/2016
Resultado Operacional (6)	**1.923.395**	**1.415.018**	**508.377**
Juros, dividendos e outros rendimentos similares (7)	25.735	56.637	-30.902
Gastos de financiamento (8)	31.133	32.828	-1.695
Resultado antes de Impostos (9)	**1.917.997**	**1.438.827**	**479.170**

De referir que a variação negativa registada na rubrica *"Juros, dividendos e outros rendimentos similares"* é justificada pelo recebimento, em 2016, de juros de mora no montante de 27 mil euros, mais 17 mil euros do que o recebido em 2017, e pela diminuição da remuneração dos Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), contratualizados junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (IGCP, E.P.E.).

8.1.3. Resultado Líquido do Período

A APA, S.A., apresentou, em 2017, um **Resultado Líquido do Período** de 1,697 milhões de euros.

8.2. Balanço

8.2.1. Ativo

O Ativo Líquido da APA, S.A., em 2017, ascendeu a 369,171 milhões de euros, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Valores em euros

	2017	2016
Ativo não Corrente	**337.393.195**	**345.367.910**
Ativos fixos tangíveis	286.557.194	291.481.137
Propriedades de investimento	4.106.082	4.106.082
Ativos intangíveis	32.001.505	34.211.209
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	14.665.287	15.506.741
Participações financeiras - outros	62.500	62.500
Outros Ativos Financeiros	627	241
Ativo Corrente	**31.777.328**	**29.025.422**
Clientes	3.655.274	3.963.240
Estado e Outros Entes Públicos	44.385	108.547
Outras contas a Receber	112.318	35.030
Diferimentos	168.446	164.278
Caixa e Depósitos bancários	27.796.905	24.754.327
Total do Ativo	**369.170.524**	**374.393.331**

De referir que a diminuição do Ativo é justificada, essencialmente, pelo registo das depreciações e amortizações do exercício (8,317 milhões de euros).

8.2.2. Capitais Próprios

Os Capitais Próprios, da APA, S.A., em 2017, ascenderam a 307,482 milhões de euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

Valores em euros

	2017	2016
Capital Próprio		
Capital realizado	30.000.000	30.000.000
Reservas	196.376.103	195.637.544
Reservas legais	1.567.666	1.442.764
Reservas não distribuíveis	5.041.879	4.428.222
Outras reservas	189.766.558	189.766.558

Valores em euros

	2017	2016
Resultados transitados	-4.958.192	-4.599.292
Ajustamento em ativos financeiros	15.461.191	14.814.823
Outras variações do Capital Próprio	68.905.526	70.520.754
Resultado Líquido do Período	1.697.071	1.249.018
Total do Capital Próprio	**307.481.699**	**307.622.847**

As variações registadas nos Capitais Próprios da APA, S.A. são justificadas pelo reconhecimento, em 2017, do Resultado Líquido do Período de 2016; pela imputação dos rendimentos associados aos subsídios ao investimento; e pelo aumento, face a 2016, do Resultado Líquido do Período de 2017.

8.2.3. Passivo

O Passivo, da APA, S.A., em 2017, ascendeu a 61,689 milhões de euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

Valores em euros

	2017	2016
Passivo não Corrente	**55.457.570**	**59.682.926**
Provisões	0	18.357
Financiamentos obtidos	13.214.288	14.404.764
Passivos por impostos diferidos	1.641.903	1.463.745
Diferimentos	21.727.757	24.477.286
Outras Contas a Pagar	18.873.623	19.318.776
Passivo Corrente	**6.231.254**	**7.087.558**
Fornecedores	216.446	787.218
Estado e Outros Entes Públicos	406.704	245.280
Financiamentos Obtidos	1.190.474	1.322.053
Outras Contas a Pagar	1.668.100	1.646.122
Diferimentos	2.749.529	3.086.885
Total do Capital Próprio	**61.688.825**	**66.770.484**

As variações registadas no Passivo resultam, fundamentalmente, do reembolso, em 2017, dos financiamentos obtidos (1,322 milhões de euros); da diminuição dos diferimentos resultante do reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, revertem gratuitamente para a APA, S.A. (3,086 milhões de euros); e da diminuição do saldo de fornecedores (571 mil euros).

8.3. Indicadores Económicos e Financeiros

No quadro seguinte são apresentados indicadores económico-financeiros para o ano de 2017 e 2016.

Indicadores		2017	2016
Económicos			
VAB / Encargos Pessoal (%)		293,30	300,69
Volume de Negócios (em euros)	Prest. Serviços (conta 72) + Prov. Suplementares (conta 781)	17.177.201	15.797.557
EBIT (em euros)	Res. Operacionais	1.923.395	1.415.018
EBITDA Ajustado (em euros)	Ver ponto 8.3.1.	5.969.674	3.474.939
Margem EBIT (%)	EBIT / Volume Negócios	11,20	8,96
Margem EBITDA (%)	EBITDA / Volume Negócios	34,75	22,00
Financeiros			
Liquidez (%)	Ativo Circulante/ Passivo Circulante	912,69	725,51
Rend. Vendas (%)	Res. Líquido/ (Prestação Serviços + Outros)	9,88	7,91
Rent. Cap. Próprios (%)	Res. Líquido/ Cap. Próprios	0,55	0,41
Rent. Cap. Totais (%)	Res. Líquido/ (Cap. Próprios + Passivo)	0,46	0,33
Autonomia Financeira (%)	Cap. Próprios/Ativo Total	83,29	82,17
Solvabilidade (%)	Cap. Próprios/Passivo Total	498,44	460,72
Cobertura do Imobilizado (%)	Cap. Permanentes/ Ativo Fixo	95,05	93,24

8.3.1. EBITDA Ajustado

Face às variações referidas anteriormente, o EBITDA ajustado atingiu, no final do exercício, o montante de 5,970 milhões de euros, mais 2,495 milhões de euros do que o registado em 2016.

Valores em euros

	2017	2016	Δ 2017/2016
EBITDA Ajustado (1) = (2) - (3) - (4) - (5) - (6)	5.969.674	3.474.939	2.494.736
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (2)	10.218.233	9.679.533	518.131
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos (3)	-755.736	869.359	-1.625.095
Imputação de subsídios para investimentos (4)	2.145.241	2.100.990	44.251
Imparidade de dívidas a receber (5)	-226.826	148.366	-395.761
Concessões* (6)	3.085.879	3.085.879	0

*Rendimento resultante da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, revertem gratuitamente para a APA, S.A.

8.3.2. Valor Acrescentado Bruto

Face às variações referidas anteriormente, o Valor Acrescentado Bruto atingiu, no final do exercício, o montante de 157 mil euros por efetivo.

Valores em euros

	2017	2016	Δ 2017/2016
VAB / N.º de Efetivos	154.441	148.095	6.346
N.º de Efetivos	98	100	-2
VAB	15.135.252	14.809.508	325.744
Impostos	157.075	167.924	-10.849
Gastos com o Pessoal	5.160.248	4.925.146	235.103
Gastos de financiamento	31.133	32.828	-1.695
Gastos de Depreciações e de Amortizações	8.316.549	8.286.226	30.324
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas (-) / reversões (+))	-226.825	148.366	-375.191
Resultado Líquido do Período	1.697.071	1.249.018	448.053

9. Perspetivas Futuras

Em linha com os objetivos inscritos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2018-2020, os principais fatores chave de que dependem, no curto, médio e longo prazo, os resultados desta Administração Portuária são:

- **Aumento do movimento portuário:** A receita proveniente da atividade de exploração portuária é um dos principais contributos para a sustentabilidade financeira da empresa. Neste sentido torna-se fundamental a consolidação do crescimento do movimento de mercadorias iniciado em 2013;
- **Redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios:** A manutenção da tendência de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verificada desde 2010, afigura-se fundamental para alcançar a sustentabilidade financeira do porto;
- **Modelo de operação portuária:** A implementação do novo modelo de operação portuária, a 1 de setembro de 2014, é também um fator chave rumo à sustentabilidade da empresa. O principal objetivo deste modelo é incrementar a concorrência entre as empresas de estiva licenciadas através da melhoria da produtividade e eficiência dos meios de movimentação de cargas utilizados.
- **Plano de Investimentos:** Até 2014 a atuação estratégica da APA, S.A. centrou-se na expansão da capacidade instalada do Porto de Aveiro para a movimentação portuária, bem como na melhoria das suas acessibilidades marítimas e terrestres. Atualmente, o porto possui uma oferta de infraestruturas portuárias de excelente qualidade e ligações marítimas e rodoferroviárias competitivas. Com vista a potenciar as infraestruturas físicas existentes, bem como aumentar a sua atratividade junto das cadeias logísticas de transporte, definiu-se, para o horizonte 2020, a necessidade de orientar o esforço de investimento da APA, S.A. para projetos de reforço da segurança e de proteção ambiental das operações realizadas nas pontes cais do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro, da melhoria das condições operacionais para a captação de atividades logísticas e industriais e de modernização dos sistemas de informação e comunicação do Porto. A realização dos investimentos estruturais, previstos no PAO 2018-2020 e na *"Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026"*, publicada na Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 175/2017, de 24 de novembro, contribuirá para afirmar o Porto de Aveiro enquanto um polo logístico e industrial competitivo, o qual para além de ser uma infraestrutura destinada à movimentação portuária de mercadorias, é reconhecido pela sua localização privilegiada para a realização de atividades que acrescentam valor à carga e/ou de

atividades industriais que podem beneficiar de menores custos logísticos pelo facto de possuírem acesso direto a ligações multimodais.

10. Proposta de Aplicação dos Resultados

Dando cumprimento ao disposto na alínea f) do artigo 10º dos Estatutos da APA, S.A. o Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido de 2017, apurado no montante de 1.697.070,56 euros seja distribuído da seguinte forma:

- 10%, 169.707,06 euros, para reservas legais, em cumprimento do estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, alterados em reunião de Assembleia Geral de 31 de março de 2008, e pelas Deliberações Sociais Unânimes por Escrito de 12 de janeiro de 2010 e de 9 de março de 2015;
- 613.656,82 euros para reservas não distribuíveis - Concessões;
- - 755.735,91 euros para Ajustamentos em ativos financeiros - Lucros não atribuídos; e
- o remanescente, 1.669.442,59 euros, para resultados transitados.

A parte destinada a reservas não distribuíveis - Concessões, resulta da implementação da política contabilística aprovada pelas Administrações Portuárias relativa ao reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A implementação desta política contabilística teve em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) datado de 3 de janeiro de 2012.

11. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeito de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, evidenciadas no presente ponto, é apresentado o quadro seguinte.

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento S	N	N/A	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto no relatório
Objetivos de gestão			X		**Ver ponto 11.1.1.**
Metas a atingir constantes no PAO 2017					
Princípios financeiros de referência	X			A APA, S.A. cumpriu com a generalidade dos objetivos propostos no PAO 2017.	Ver ponto 11.1.2.1.
Recursos Humanos	X				Ver ponto 11.1.2.2.
Investimentos	X				Ver ponto 11.1.2.3.
Endividamento	X				Ver ponto 11.1.2.4.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE[1]			X		**Ver ponto 11.1.3.**
Gestão do risco financeiro	X			**A taxa média de financiamento em 2017 ascendeu a 0,22%.**	**Ver ponto 11.2.**
Limites de Crescimento do Endividamento	X			**Em 2017 o endividamento diminuiu 8,41% ou 1.322.055€, face a 2016.**	**Ver ponto 11.3.**
Evolução do PMP a fornecedores	X			**O PMP em 2017 ascendeu a 36 dias, igual ao registado em 2016.**	**Ver ponto 11.4.**
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			**A APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias a 31.12.2017.**	**Ver ponto 11.4.**
Recomendações do acionista na aprovação de contas					
"(...) (a) dar cumprimento à redução do prazo médio de pagamentos (...)"	X			O PMP em 2017 ascendeu a 36 dias, igual ao registado em 2016.	Ver pontos 11.5. e 11.4.
"(...) (b) dar cumprimento à redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (...)"	X			O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios em 2017 ascendeu a 45,1 % (menos 12,4%, face a 2016).	Ver pontos 11.5. e 11.13.
"(...) (c) dar cumprimento à redução dos gastos associados à frota automóvel (...)"	X			Em 2017 os gastos com viaturas diminuíram 10 mil euros, face a 2016.	Ver pontos 11.5. e 11.13.
"(...) (d) cumprir integralmente o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (...)"	X				Ver pontos 11.5. e 11.14.
"(...) (e) envidar esforços de modo a suprir as duas reservas expressas na Certificação Legal das contas (...)"	X				Ver ponto 11.5.
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão	X				Ver ponto 11.6.1.2.3.
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2017	X			Total da redução remuneratória em 2017: 43.049,47€.	Ver ponto 11.6.1.2.1.
CF - reduções remuneratórias vigentes em 2017	X			Total da redução remuneratória em 2017: 8.795,78€.	Ver ponto 11.6.1.3.1.1.
ROC - reduções remuneratórias vigentes em 2017	X			Total da redução remuneratória em 2017: 1.920,00€.	Ver ponto 11.6.1.3.2.1

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto no relatório
	S	N	N/A		
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2017			X		Ver ponto 11.6.2.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014 prorrogada para 2017 pelo artigo 19.ºda Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro			X		Ver ponto 11.6.3.1.
Estatuto do Gestor Público (EGP) - Artigo 32.º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto 11.7.1.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto 11.7.2.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Ver ponto 11.7.3.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Ver ponto 11.7.4.
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ver ponto 11.8.
Promoção da igualdade entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X				Ver ponto 11.9.
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção	X				**Ver ponto 11.10.**
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 11.11.1.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 11.11.2.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas (TC)	X			No ano de 2017, não foram submetidos contratos a fiscalização prévia do TC.	
Auditorias do Tribunal de Contas			X		
Parque Automóvel					
N.º de viaturas	X			Apesar do aumento da atividade portuária, a APA, S.A., utiliza 31 viaturas, desde 2008.	Ver ponto 11.13.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X				Ver ponto 11.13.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL n.º 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			A 31.12.2017 a APA, S.A. tinha depositados na banca comercial 3,381 milhões de euros, menos 18 mil euros do que o montante máximo dispensado.	Ver ponto 11.14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X				Ver ponto 11.14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado		X			Ver ponto 11.14.

[1] SIGO/SOE - Sistema de Informação de Gestão Orçamental / Sistema de Informação da Elaboração Orçamento de Estado.
S - Sim; N - Não; N/A - não aplicável.

11.1. Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

11.1.1. Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2017, explicando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Apesar de não terem sido celebrados Contratos de Gestão para o ano de 2017, o Conselho de Administração da APA, S.A., pautou a sua atuação pelas orientações recebidas pelo Acionista, das quais destacamos:

- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento do Estado para 2017); e
- Ofício circular n.º 5939, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), de 4 de novembro de 2016, sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão: faculta instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) 2017.

Neste contexto, quantificámos o nível de cumprimento dos objetivos de gestão tendo por base as metas definidas no PAO para o triénio 2017-2019. Ver também informação identificada no ponto 11.1.2. infra.

11.1.2. Evidenciar a execução do PAO para 2017, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, justificando os desvios e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar

11.1.2.1. Princípios Financeiros

No ano de 2017, a APA, S.A. cumpriu, com a generalidade dos Princípios Financeiros, propugnados no PAO para 2017, conforme evidenciado no quadro infra. Importa ainda referir que o aumento, de 15 mil euros, no conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, registado em 2017 face ao valor inscrito no PAO para 2017, não implicou o incumprimento do mencionado indicador, quando comparado com os valores realizados em 2016, conforme se evidência no ponto 11.13. do presente relatório.

Princípios Financeiros	PAO 2017	Realizado 2017	Desvio Real vs PAO
EBITDA (€)	9.268.037	10.218.233	950.196
Peso dos Gastos Operacionais [1] / VN (%)	56,7 %	45,1 %	-12%
Total dos gastos (a)+(b)+(c)+(d)	172.442	187.195	14.753
(a) Gastos com comunicações (€)	8.131	60.410	52.279
(b) Gastos com deslocações (€)	60.911	16.617	-44.294
(c) Gastos com ajudas de custo (€)	9.400	8.789	-611
(d) Gastos com a frota automóvel (€)	94.000	101.380	7.380

[1] Gastos Operacionais = Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal

11.1.2.2. Recursos Humanos

Relativamente aos recursos humanos, a diminuição dos gastos com o pessoal é justificada, positivamente, pela não concretização da totalidade das contratações previstas no PAO 2017 (3) e pela aposentação de três colaboradores.

Recursos Humanos	PAO 2017	Realizado 2017	Desvio Real vs PAO
N.º de trabalhadores efetivos (n.º)	144	98	-46
Gastos com o Pessoal (€)	7.195.148	5.160.248	2.034.900
Benefícios pós-emprego (€)	22.721	25.514	2.793

11.1.2.3. Plano de Investimentos

O Plano de Investimentos registou uma taxa de execução de 17%, face ao PAO para 2017. Acresce informar que os investimentos previstos no PAO 2017 e não realizados foram inscritos no PAO para 2018.

Plano de Investimentos	PAO 2017	Realizado 2017	Desvio Real vs PAO
Investimento (€)	8.001.015	1.392.989	-6.608.026
Fundos Comunitários (€)	1.170.588	0	-1.170.588
Fundos Próprios (€)	6.830.427	1.392.989	-5.437.438

11.1.2.4. Passivo Remunerado

A APA, S.A., tal como previsto no PAO 2017, reduziu o seu passivo remunerado em 8,41%. Ver também informação identificada no ponto 11.2..

Nível de Endividamento	PAO 2017	Realizado 2017	Desvio Real vs PAO
Passivo Remunerado (€)	14.404.762	14.404.762	0

11.1.3. Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável, de acordo com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que aprova a Lei de Enquadramento Orçamental.

11.2. Gestão do risco financeiro. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise de eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

11.2.1. Banco Europeu de Investimento (BEI)

O empréstimo concedido pelo BEI, a 29 de outubro de 2004, com garantia do Estado português, contratualizado pelo montante de 30 milhões de euros, teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do Porto de Aveiro e a reconfiguração do acesso/barra.

Foram solicitados 2 desembolsos, um no valor de 20 milhões de euros (realizado em janeiro de 2005) e outro no valor de 5 milhões de euros (realizado em novembro de 2009). O 1.º desembolso destinou-se ao cofinanciamento dos investimentos estruturais executados pela APA, S.A. entre 2000 e 2007, destinados essencialmente à melhoria das condições operacionais do porto para a movimentação de cargas. O 2.º desembolso teve como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra do Porto de Aveiro.

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor acrescidos de um *spread* máximo de 0,13%. É amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido a primeira em 15 de dezembro de 2008 e a última, vencer-se-á em 15 de junho de 2024. As primeiras 31 prestações são constantes em capital e correspondem, cada uma, a 1/42 do capital em dívida e a última prestação corresponde a 11/42 do capital dessa parcela desembolsada. Refira-se que a APA, S.A. poderá solicitar ao Banco que a última prestação seja paga em frações semestrais consecutivas e constantes de capital, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2024 e a última em 15 de junho de 2029.

A taxa de garantia pessoal concedida pelo Estado, sob a forma de fiança, para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo contraído pela APA, S.A. junto do BEI, ascende a 0,2% ao ano, sobre o capital em dívida.

	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos financeiros (€)	31.019	33.611	61.781	106.722	108.632
Taxa Média de financiamento (%)[1]	0,22 %	0,22 %	0,37 %	0,59 %	0,53 %

[1] Encargos Financeiros (inclui juros, *spread* e garantia concedida pelo Estado) /Valor em dívida a 31 de dezembro

11.2.2. BPI e BCP

O empréstimo celebrado com o consórcio Banco BPI, S.A. e Banco Comercial Português, S.A., no montante de 2,5 milhões de euros, em janeiro de 2007, teve como finalidade proceder à amortização antecipada do empréstimo bancário APP/2000, cujo serviço de dívida era partilhado com as restantes principais Administrações Portuárias, em função dos respetivos volumes de negócio. Tratava-se de um fator de risco para a performance económica da APA, S.A. atendendo a que era expectável o aumento da sua responsabilidade no pagamento do serviço de dívida. O empréstimo venceu juros à taxa nominal correspondente à Euribor a seis meses, acrescido do *spread* de 0,125% ao ano. O reembolso do capital utilizado foi efetuado em 19 prestações semestrais, constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira, 12 meses após a assinatura do contrato, e a última em janeiro de 2017.

	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos financeiros (€)	0	467	2.302	4.392	8.180
Taxa Média de financiamento (%)[1]	0,00 %	0,35 %	0,58 %	0,67 %	0,89 %

[1] Encargos Financeiros (inclui juro, *spread* e encargos) /Valor em dívida a 31 de dezembro

11.3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2017)

A 31 de dezembro de 2017, o passivo remunerado da APA, S.A., ascendia a 14.404.762 euros (-1.322.055 euros ou -8,41%, face a 2016), cumprindo, portanto, o limite de crescimento do endividamento remunerado corrigido pelo capital social realizado fixado para 2017, no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, leia-se + 3%.

Passivo Remunerado	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 17/16	
	Valores (€)					Valor	%
Financiamentos obtidos[1]	14.404.762	15.726.817	17.180.451	18.634.085	20.087.719	1.322.055	-8,41 %
Dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos do Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0,00%
Endividamento Ajustado	14.404.762	15.726.817	17.180.451	18.634.085	20.087.719	1.322.055	-8,41 %

[1] Inclui financiamentos obtidos correntes e não correntes

A variação do endividamento, calculada nos exatos termos da fórmula fixada nas instruções emanadas pela DGTF, no Ofício Circular n.º 588, de 7 de fevereiro de 2018, relativos às

Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017, decresce 8,41%, conforme apresentado na tabela infra.

		2017
1.	Financiamento Remunerado no ano 2017	14.404.762 €
2.	Financiamento Remunerado no ano 2016	15.726.817 €
3.	Aumento de Capital por conversão de créditos deste 2013 até ao ano 2016	0 €
4.	Aumento de Capital para Serviço de Dívida Remunerada[1] desde 2013 até 2016	0 €
5.	Aumento de Capital para cobertura de investimento desde 2013 até 2016	0 €
	A = (1-2)+(3+4+5)	- 1.322.055 €
6.	Financiamento Remunerado no ano 2016	15.726.817 €
7.	Aumento de Capital por conversão de créditos deste 2013 até ao ano 2016	0 €
8.	Aumento de Capital para Serviço de Dívida Remunerada[1] desde 2013 até 2016	0 €
9.	Aumento de Capital para cobertura de investimento desde 2013 até 2016	0 €
	B = (6+7+8+9)	15.726.817 €
	Variação do Endividamento = A / B	-8,41 %

[1] - Excluindo dívida à DGTF.

11.4. Evolução do **Prazo Médio de Pagamentos** a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos **atrasos nos pagamentos** ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, calculado em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, ascendeu, em 2017, a 36 dias.

Refira-se ainda que *"a avaliação do grau de cumprimento do objetivo de prazo de pagamento é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano anterior"*. Assim, considerando o grau de cumprimento do objetivo plasmado no número 9 da secção I da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, a APA, S.A. cumpre com o objetivo fixado para 2017, leia-se um PMP superior ou igual a 30 dias e inferior a 40 dias.

PMP	2017	2016	Var. 2017/2016
Prazo (dias)	36[1]	36[2]	0

[1] Este cálculo não inclui: (i) uma fatura referente aos serviços especializados de consultadoria para elaboração do Plano Estratégico do Porto de Aveiro 2017-2022, no montante de 127 mil euros, datada de 23 de fevereiro de 2017, e paga, após confirmação, no prazo de 2 dias; (ii) as faturas referentes ao Contrato de Concessão da Plataforma de Logística de Cacia, no montante de 76 mil euros, que aguardou pela rescisão contratual;(iii) as faturas decorrentes do acordo celebrado entre a APA, S.A. e a Neopul - Sociedade de Estudos e Construções, S.A. , no montante de 70 mil euros, para o pagamento de uma penalidade aplicada no âmbito da empreitada de *"Reforço dos Interfaces Ferroviários dos Terminais de Granéis Líquidos e Sólidos do Porto de Aveiro"*; e (iv) faturas rececionadas em janeiro de 2018, datadas de dezembro de 2017 e pagas no prazo de 30 dias a contar da data da fatura. De referir que, atenta a fórmula de cálculo utilizada (Despacho n.º 9871/2013, de 13 de abril), que considera a média do saldo dos fornecedores no final de cada trimestre, a inclusão destas faturas agravaria o PMP em 10 dias.

[2] Este cálculo não inclui: (i) duas faturas referentes à empreitada de *"Dragagem de Manutenção dos Fundos do Porto de Aveiro"*, no montante de 212 mil euros e 232 mil euros, datadas, respetivamente de 9 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016, e pagas, conforme estipulado contratualmente, no prazo médio de 24 dias; e (ii) duas faturas referentes à empreitada de *"Dragagem de Manutenção do Porto de Pesca Costeira e Canal Principal de Navegação do Porto de Aveiro"*, no montante de 104 mil euros e 178 mil euros, datadas, respetivamente, de 7 de junho de 2016 e 2 de setembro de 2016, e pagas, conforme estipulado contratualmente, no prazo médio de 36 dias. De referir que, atenta a fórmula de cálculo utilizada (Despacho n.º 9871/2013, de 13 de abril), que considera a média do saldo dos fornecedores no final de cada trimestre, a inclusão destas faturas agravaria o PMP em 9 dias.

A 31 de dezembro de 2017, a APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias.

Valores em euros

Dívidas Vencidas	Valor 0-90 dias	Valor das dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	216.446	0	0	0	0
Aquisições de Capital	209.504	0	0	0	0
Total	**425.950**	**0**	**0**	**0**	**0**

11.5. Diligências tomadas e **resultados obtidos** no âmbito do cumprimento das **recomendações do acionista** emitidas aquando da aprovação dos documentos de prestações de contas

O acionista da APA, S.A., aquando da aprovação dos documentos de prestação de contas de 2016, em sua reunião da Assembleia Geral, datada de 14 de agosto de 2017, recomendou ao Conselho de Administração da APA, S.A. que diligenciasse no sentido de:

"(...) (a) Dar cumprimento à redução do prazo médio de pagamentos, de acordo com o estabelecido na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro;".

A APA, S.A. cumpriu, em 2017, com as orientações emanadas na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, tendo registado um PMP de 36 dias, igual ao verificado em 2016.

Ver informação no ponto 11.4. do presente relatório.

"(...) b) Dar cumprimento à redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, nos termos do n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março;".

A APA, S.A. reduziu, em 2017, o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios em 12,40%, face ao registado em 2016. Ver informação no ponto 11.13. do presente relatório.

"(...) c) Dar cumprimento à redução dos gastos associados à frota automóvel, nos termos da matéria disposta na alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março;".

Os gastos com a frota automóvel reduziram, em 2017, 10 mil euros, face ao registado em 2016. Ver informação no ponto 11.13. do presente relatório.

"(...) d) Cumprir integralmente o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado no exercício de 2017;".

O IGCP, E.P.E., através do seu ofício n.º 17919, de 22 de novembro, autorizou que a APA, S.A. mantivesse, nos anos de 2017 e 2018, o montante de 3,398 milhões de euros na banca comercial. A 31 de dezembro de 2017 a APA, S.A. mantinha depositados, na banca comercial, 3,381 milhões de euros. Ver informação no ponto 11.14. do presente relatório.

"(...) e) Envidar esforços de modo a suprir as duas reservas expressas na Certificação Legal das contas relativas: i: ao montante de 291.481.000,00 € constante na rubrica "Ativos fixos tangíveis" respeitante aos ativos operacionais que suportam o desenvolvimento das operações da empresa, na medida em que existe evidência de imparidades associadas a estes ativos;".

Atenta a recomendação efetuada pelo acionista da APA, S.A., esta Empresa efetuou, nos termos da Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) n.º 12, o teste de imparidade aos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis, reportado a 31 de dezembro de 2017, e contratou a PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (PwC) para o rever.

Do referido teste resultou um valor de uso de 92 milhões de euros, o que poderá implicar o reconhecimento de uma imparidade sobre os seus ativos fixos tangíveis e intangíveis no montante de 195 milhões de euros. Acresce ao reconhecimento da perda por imparidade o reconhecimento de uma reversão, justificada pelo facto dos investimentos realizados terem sido objeto de financiamento comunitário, pelo montante de 58 milhões de euros.

Realça-se ainda que atento o impacto significativo de tal registo, o mesmo não foi efetuado em 2017, sendo intenção desta Administração submeter o assunto à apreciação do seu acionista, em sede de assembleia geral.

"(...) recomendando ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de: (...) e) Envidar esforços de modo a suprir as duas reservas expressas na Certificação Legal das contas relativas: (...) ii: à consideração dos montantes associados a "rendimentos de ocupações de espaço" e "rendimentos de concessões" como rendimentos provenientes de "Vendas e Serviços Prestados".

Esta Administração Portuária diligenciou, no seio da APP - Associação dos Portos de Portugal, a harmonização da contabilização dos rendimentos em todas as Administrações Portuárias nacionais.

11.6. Remunerações

11.6.1. Órgãos Sociais

11.6.1.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro, representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	575,00	575,00
2015-2017	Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	375,00	375,00
			Total	**950,00**

11.6.1.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da APA, S.A. foi composto, em 2017, por quatro membros.

De referir que o Eng.º João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz, renunciou ao mandato para o exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração da APA, S.A., para o qual havia sido eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito do Acionista Único datada de 9 de março de 2015, com efeitos a 31 de março de 2018.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			N.º de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade	Pagadora (O/D)	
2015-2017	Presidente	Eng. João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz (Eng. Braga da Cruz)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
	Vogal	Dr. Luís Manuel Barbosa Marques Leal (Dr. Luís Leal)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
	Vogal	Dr. João Begonha da Silva Borges (Dr. João Borges)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
	Vogal	Dr. Olinto Henrique Cruz Ravara (Dr. Olinto Ravara)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1

DUE - Deliberação Unânime por Escrito; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. Braga da Cruz	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Luís Leal	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. João Borges	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Olinto Ravara	n.a.	n.a.	n.a.

n.a. - não aplicável.

11.6.1.2.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2017

A APA, S.A. deu cumprimento ao estatuído no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Eng. Braga da Cruz	S	B	4.864,34	1.945,74
Dr. Luís Leal	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. João Borges	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Olinto Ravara	S	B	3.891,47	1.556,59

EGP - Estatuto do Gestor Público; S/N - Sim/Não.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Eng. Braga da Cruz	91.206,46	0	91.206,46	15.078,48	76.127,98
Dr. Luís Leal	72.965,12	0	72.965,12	9.654,48	63.310,64
Dr. João Borges	66.245,83	0	66.245,83	8.662,23	57.583,60
Dr. Olinto Ravara	72.965,12	0	72.965,12	9.654,48	63.310,64
		Total	**303.382,53**	**43.049,67**	**260.332,86**

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)
(4) As reduções remuneratórias correspondem às previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia *	Montante pago Ano	Identificar	Valor	Saúde	Vida	Identificar	Valor
Eng. Braga da Cruz	4,77	739,45	CGA	18.710,93	275,61	0,00	---	0,00
Dr. Luís Leal	4,77	479,33	SS**	10.443,90	275,61	0,00	---	0,00
Dr. João Borges	4,77	556,65	SS	13.765,68	275,61	0,00	---	0,00
Dr. Olinto Ravara	4,77	807,25	SS	15.141,29	275,61	0,00	---	0,00
Total		**2.582,68**		**58.061,80**	**1.102,45**	**0,00**		**0,00**

* O valor diário do subsídio de alimentação, entre de janeiro a julho de 2017, ascendeu a 4,52€ e, após agosto de 2017, a 4,77€.
** Corresponde à taxa contributiva aplicável aos pensionistas.
SS - Segurança Social; CGA - Caixa Geral de Aposentações

Membro do CA	Encargos com Viaturas							
	Viatura		Contrato	Modalidade	Ano		Prestações Contratuais Remanescente	Valor Renda
	Atribuída	Valor			Início	Fim		Mês / Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]				
Eng. Braga da Cruz	S	36.646,40[1]	N	---	---	---	---	--- / ---
Dr. Luís Leal	S	40.326,55[2]	N	---	---	---	---	--- / ---
Dr. João Borges	S	40.326,55[2]	N	---	---	---	---	--- / ---
Dr. Olinto Ravara	S	47.353,01[3]	N	---	---	---	---	--- / ---

S/N - Sim/Não;
[1] - Valor de aquisição em novembro de 2015;
[2] - Valor de aquisição em julho de 2005;
[3] - Valor de aquisição em outubro de 2005.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com Viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng. Braga da Cruz	389,70	165,00	795,80	0,00	0,00	1.350,50
Dr. Luís Leal	0,00	0,00	1.730,00	0,00	0,00	1.730,00
Dr. João Borges *	6.010,76	3.051,76	1.705,10	0,00	0,00	10.767,62
Dr. Olinto Ravara	0,00	170,00	346,00	0,00	0,00	516,00
					Total	**14.364,12**

* Inclui gastos com a deslocação, ajudas de custo e alojamento, cujo montante ascendeu a 7.665,47 euros, relativos à participação na comitiva empresarial da visita de S. Exa. a Ministra do Mar à República Popular da China.

11.6.1.2.2. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios e os motivos por que os mesmos foram concedidos

Os membros do Conselho de Administração não foram remunerados sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios.

11.6.1.2.3. Atribuição de prémios de gestão

Atento o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que prorrogou os efeitos do artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, não foi atribuída, aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A., qualquer componente variável da remuneração, no ano de 2017.

11.6.1.2.4. Indeminizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas ou devidas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício de 2017.

11.6.1.3. Fiscalização

A fiscalização da Empresa compete, conforme estabelecido no artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, alterados em reunião de Assembleia Geral de 31 de março de 2008, e pelas Deliberações Sociais Unânimes por Escrito de 12 de janeiro de 2010 e 9 de março de 2015, *"a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia-geral por um período de três anos."*

Para além das atribuições constantes da Lei, compete, em especial, aos órgãos de fiscalização as competências atribuídas no artigo 16.º dos Estatutos da APA, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, alterados em reunião de Assembleia Geral de 31 de março de 2008, e pelas Deliberações Sociais Unânimes por Escrito de 12 de janeiro de 2010 e 9 de março de 2015.

11.6.1.3.1 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da APA, S.A. foi composto, em 2017, por três membros efetivos e um membro suplemente.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)	N.º de Mandatos
			Forma	Data		
2015-2017	Presidente	Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	DUE	09-03-2015	1.362,01 €	1
	Vogal	Dr.ª Rita Maria Góis de Carvalho	DUE	09-03-2015	1.021,51 €	1
	Vogal	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	DUE	09-03-2015	1.021,51 €	2 [1]
	Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	DUE	09-03-2015	0,00 €	2 [1]

DUE - Deliberação Unânime por Escrito.

[1] Eleitos para o mandato de 2008-2011. Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da Empresa o anterior Conselho Fiscal exerceu funções até 9 de março de 2015.

11.6.1.3.1.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2017

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	19.068,22	3.518,31	15.549,91
Dr.ª Rita Maria Góis de Carvalho	14.301,17	2.638,73	11.662,43
Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	14.301,17	2.638,73	11.662,43
Dr. Mário José Alvarinho Carrega	0,00	0,00	0,00
		Total	38.874,78

(2) As reduções remuneratórias correspondem às previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

11.6.1.3.2. Revisor Oficial de Contas

Em Assembleia Geral de 26 de julho de 2016, o Acionista procedeu à eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. *"para acompanhar o mandato correspondente ao triénio 2015-2017, de acordo com a proposta do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais"*, em substituição da PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda..

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas	
		Nome	N.º Inscrição OROC	N.º Registo CMVM	Forma	Data	Data do Contrato	no grupo [3]	na entidade
2016-2017*	ROC	Deloitte & Associados, SROC, S.A.[1] (Deloitte)	43	231	AG	26-07-2016	21-09-2016[2]	2	2

* O acionista, em Assembleia Geral, realizada a 26 de julho de 2016, nomeou a Deloitte & Associados, SROC, S.A. *"para acompanhar o mandato corresponde ao triénio 2015-2017"*.
[1] Representada por Dr. Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes ou, em substituição, por Dr. Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar;
[2] A 13 de outubro de 2017 foi atualizada a cláusula nona do Contrato de Prestação de Serviços, relativamente ao exame das Demonstrações Financeiras do exercício a findar a 31 de dezembro de 2017.
[3] - O grupo foi criado em 2008.
AG - Assembleia Geral.

11.6.1.3.2.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2017

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos ao ano 2017, cumprem o estipulado no artigo 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identifica Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Deloitte	18.920,00	1.920,00	17.000,00	NA	0	0	0

11.6.2. Auditor Externo

A APA, S.A. não dispõe de Auditor Externo, dado ter sido entendimento que a complexidade da Empresa não justifica tal contratação.

11.6.3. Restantes trabalhadores

11.6.3.1. Proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro

Na sequência do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016, a APA, S.A. aplicou, a partir de 1 de julho de 2016, atos que consubstanciaram valorizações remuneratórias.

11.7. Aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do EGP, no que se refere, designadamente:

11.7.1. À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa

A APA, S.A. não atribuiu cartões de crédito nem quaisquer outros instrumentos de pagamento aos seus gestores.

11.7.2. O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

A APFF, S.A. não reembolsa quaisquer despesas de representação pessoal aos seus gestores.

11.7.3. O valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido *	Valor Anual	Observações
Eng. Braga da Cruz	80,00	332,21	[1]
Dr. Luís Leal	80,00	693,81	[1]
Dr. João Borges	80,00	331,35	[1]
Dr. Olinto Ravara	80,00	839,92	[1]
	Total	**2.197,30**	

* De acordo com a Deliberação Social Unanime por Escrito de 9 de março de 2015 "*o abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público*";

[1] - Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond*.

11.7.4. O valor de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

Membro do CA	*Plafond* mensal Combustível e Portagens *	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eng. Braga da Cruz	486,44	2.714,66	1.801,80	4.516,46	[1]
Dr. Luís Leal	389,15	2.739,67	1.098,00	3.837,67	[1]
Dr. João Borges	389,15	2.212,34	1.735,25	3.947,59	[1]
Dr. Olinto Ravara	389,15	2.307,47	1.175,30	3.482,77	[1]
			Total	15.784,49	

* De acordo com a Deliberação Social Unanime por Escrito de 9 de março de 2015 *"o valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público"*;
[1] - Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond*.

11.8. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de **despesas não documentadas ou confidenciais**

A APA, S.A. não realiza despesas não documentadas ou confidenciais.

11.9. Da elaboração e divulgação de **relatório sobre remunerações** pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A APA, S.A., de acordo com o disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, elaborou o relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, disponível para consulta em www.portodeaveiro.pt, separador "obrigações de informação".

11.10. Da elaboração e divulgação do **relatório anual sobre prevenção da corrupção**, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE

A APA, S.A., de acordo com o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, procede, anualmente, à realização de um relatório identificativo das ocorrências ou riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008, de 04 de setembro, disponível em www.portodeaveiro.pt, separador "obrigações de informação".

11.11. Contratação Pública

11.11.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2017

A APA, S.A. e a APFF, S.A., encontram-se vinculadas ao cumprimento das normas de contratação pública constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativamente à formação de

contratos de empreitada e concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, salvo se o objeto dos mesmos se integrar no âmbito dos denominados sectores especiais, caso em que tal vinculação se verifica apenas para contratos cujo valor seja igual ou superior aos limiares comunitários aplicáveis (Diretiva 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março e Regulamento (UE) n.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro).

Porém, mesmo nas contratações em que as empresas não se encontrem adstritas ao cumprimento do CCP, é prática de ambas as Administrações Portuárias optarem pela aplicação subsidiária do regime previsto no dito normativo, eventualmente adaptado às especificidades do caso concreto, salvaguardando-se, deste modo, o respeito pelos princípios conformadores da atividade administrativa, bem como a economia, eficácia e eficiência das contratações efetuadas, mesmo nas áreas de maior flexibilidade contratual.

Para a prossecução de tais desideratos encontram-se implementados na APA, S.A. e na APFF, S.A., procedimentos que asseveram o cumprimento das normas de contratação pública nos termos expostos.

Ressalta-se, desde logo, a existência de minutas das peças procedimentais e outros documentos pré-contratuais, as quais configuram instrumentos de contratação que vertem as principais exigências legais em matéria de contratação. Estas minutas servem de referencial aos diversos colaboradores da APA, S.A. e da APFF, S.A. aquando da formalização de cada procedimento de contratação específico, assegurando o cumprimento das ditas exigências.

De igual guisa, encontra-se implementado um sistema de controlo e verificação prévia de todos os processos de contratação pública submetidos ao Conselho de Administração, em concreto, aqueles que envolvem despesa superior a 5 mil euros, os quais são previamente analisados pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, pelo Gabinete da Estratégia e pelo Gabinete Jurídico, garantindo-se, assim, o adequado enquadramento legal, financeiro, contabilístico e estratégico dos aludidos processos.

A este propósito, não será despiciendo destacar o documento pré-contratual denominado "Proposta de Autorização", no qual se evidencia o supra referido procedimento de controlo prévio, a justificação da necessidade de contratar, bem como os principais aspetos da contratação proposta e referentes tanto à fase de formação como de execução do contrato. Este instrumento documental permite ao Conselho de Administração de ambas as Administrações Portuárias, não só assegurar-se do cumprimento dos procedimentos de controlo interno

instituídos na empresa, como deliberar de forma suficientemente fundamentada cada um dos processos de contratação que lhe são postos à consideração.

No que concerne aos processos aquisitivos de bens móveis e serviços que envolvem despesa de valor igual ou inferior a 5 mil euros, e na esteira do propugnado nos artigos 128.º e 129.º do CCP, são os mesmos submetidos a um regime simplificado de contratação, o qual consiste na respetiva formalização no sistema informático de gestão integrada administrativa e financeira em uso na empresa, através do qual são submetidos a autorização do Administrador com competência na matéria.

Realça-se, porém, que mesmo relativamente a estas aquisições de reduzida expressão financeira, o procedimento interno de autorização de despesa, tal qual se encontra instituído, garante o funcionamento de um sistema de controlo prévio rigoroso, transparente e eficaz, porquanto, uma vez detetada a necessidade de aquisição, a correspondente despesa só é assumida pela APA, S.A. e pela APFF, S.A. depois de devidamente justificada e autorizada ou pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional (no caso de despesas inferiores a 500 euros) ou por um Administrador (no caso de despesas superiores a 5 mil euros). Ademais, sempre que exista desvio entre o montante faturado e o montante autorizado, a despesa só é assumida pelas mencionadas Administrações Portuárias depois de submetida a novo processo de autorização no âmbito do qual seja devidamente justificado o referido desvio.

Faz-se notar, ainda, que a APA, S.A. e a APFF, S.A., dão integral cumprimento às obrigações de publicitação e transparência previstas em diversas normas do CCP.

Sublinhe-se a este propósito, que todos os ajustes diretos são publicitados no portal dos contratos públicos, em cumprimento da obrigação ínsita no artigo 127.º do CCP.

De igual modo, são preenchidos no identificado portal, os relatórios de formação e de execução dos contratos públicos celebrados pelas aludidas Administrações Portuárias, bem como, no caso particular das empreitadas de obras públicas, os respetivos relatórios de contratação e de final de obra, tudo conforme propugnado nos artigos 465.º, 108.º e 402.º do normativo em referência.

11.11.2. Indicação da existência dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à ultima atualização

Ver informação identificada no ponto 11.11.1. supra.

11.11.3. Indicação dos atos, ou contratos, celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato, ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2017, a APA, S.A. não celebrou contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

11.12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Em 10 de agosto de 2010, a APA, S.A., na qualidade de entidade aderente voluntária, outorgou com a ex-ANCP, E.P.E., atualmente ESPAP, I.P., o contrato de adesão ao SNCP, passando todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços superiores a 5 mil euros, a ser precedidos de consulta ao Catálogo Nacional de Compras Púbicas (CNCP), de molde a aquilatar da existência de acordo quadro para a contratação em causa.

Assim, no ano de 2017, a APA, S.A. contratou o fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal do Acordo Quadro (AQ) da ESPAP, I.P., disponível para o efeito.

11.13. Medidas de redução dos gastos operacionais previstos no artigo 124.º do DLEO 2017, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

Esta Administração Portuária, com um EBITDA positivo, cumpriu, em 2017, a totalidade das medidas de redução dos gastos operacionais previstos no artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, conforme se evidência na tabela infra.

Valores em euros

	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2017 / 2016 Δ Absol.	2017 / 2016 Δ %
(0) EBITDA	10.218.233	9.679.533	11.095.176	538.700	6%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0%
(2) FSE	2.583.571	4.148.930	3.113.175	-1.565.359	-38%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	5.160.248	4.925.146	4.664.555	235.102	5%
(i) Indeminizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0%
(ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	0	0	0	0	0%
(iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º LOE 2017	4.261	0	0	4.261	100%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	7.743.820	9.074.076	7.777.729	-1.330.256	-15%
(5) Volume de Negócios (VN) **	17.177.201	15.797.557	16.193.952	1.379.644	9%

Valores em euros

	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2017 / 2016 Δ Absol.	2017 / 2016 Δ %
(6) Peso dos Gastos / VN = (4)/(5)	45,1%	57,4%	48,0%	-12,4%	-22%
Total = (i)+(ii)+(iii)+(iv)	187.195	189.228	183.620	-2.032	-1%
(i) Gastos com comunicações (FSE)	60.410	61.379	64.603	-969	-2%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	16.617	7.037	9.080	9.580	136%
(iii) Gastos com Ajudas de Custo (Gastos com Pessoal)	8.789	9.104	10.542	-315	-3%
(iv) Gastos com as viaturas ***	101.380	111.708	99.395	-10.328	-9%
N.º Total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	104	106	105	-2	-2%
N.º Órgãos Sociais (OS)	10	10	10	0	0%
N.º de Cargos de Direção (CD)	19	19	19	0	0%
N.º de Trabalhadores (sem OS e sem CD)	75	77	76	-2	-3%
N.º Trabalhadores / N.º Cargos Direção	3,9	4,1	4,0	0	-3%
N.º de viaturas	31	31	31	0	0%

* Na sequência do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016, a APA, S.A. aplicou, a partir de 1 de julho de 2016, atos que consubstanciaram valorizações remuneratórias. Deste modo esta Administração Portuária solicitou, nos termos do n.º 5 do artigo 124.º do DLEO 2017, a dispensa do cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 124.º do referido diploma.

** O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

*** Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

11.14. Princípio de Unidade de Tesouraria, (artigo 28.º do RJSPE e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

Em cumprimento com o disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 111.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, informamos que esta Administração Portuária efetua, desde 2011, a movimentação dos seus fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E..

Contudo a APA, S.A. tem-se defrontado com o facto do IGCP, E.P.E. não disponibilizar operações de financiamento de curto ou médio prazo, pelo que, solicitou, nos termos do n.º 7 do artigo 111.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, autorização para que sejam mantidos os excedentes de tesouraria na banca comercial, os quais configuram depósitos à ordem.